

ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	\$060

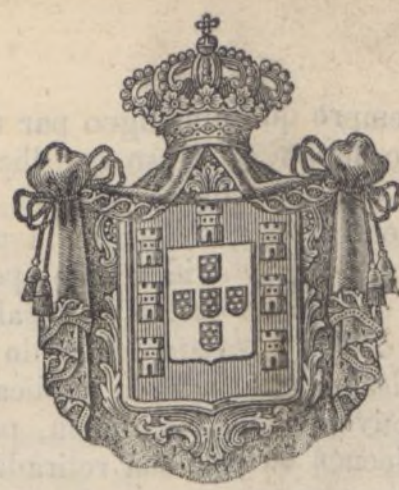
A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

ASSIGNATURAS

SEM ESTAMPILHA	
Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Annuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

VENDA DE BENS NACIONAES

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 29 DE AGOSTO E 24 DE OUTUBRO DE 1842,
COM APLICACÃO AO MINISTRO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos se annuncia que vão andar em praça as propriedades constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação no dia abaixo designado, pelo maior lance que se oferecer; devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de trinta dias, pela fôrma seguinte: metade em moeda corrente e metade em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal, nos termos do referido decreto de 21 de outubro e do de 18 de dezembro de 1852, que reduziu a 3 por cento o juro de toda a divida fundada; sendo porém livre aos arrematantes pagar em prestações e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento, conforme o artigo 7.º do mesmo decreto; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça a que as propriedades serão levadas; bem como prohibidos de lançar nellas: tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837 e mais disposições posteriores.

Lista 1247-A

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 16 DE JULHO DE 1860

Primeira fôrma

Artigo 6.º do decreto de 29 de dezembro de 1846

DISTRICTO DO FUNCHAL

CONCELHO DE MACHICO

Bens que foram de Maximiano José de Mesquita

27988 Uma porção de terra de castanheiros no sítio de Alcaforada, que confronta pelo norte com Claudio Lomelino, sul com o ribeiro, leste com a rocha, e oeste com o caminho da Calle dos Ganchos, pró indiviso com herdeiros do major Mesquita, alqueirada em um alqueire—4\$000.

Bens que foram de Nicolau de Freitas

27989 Uma fabrica de telha no sítio do Calhau, ao pé da Marinha, que confronta pelo norte e leste com proprios nacionaes, sul com a casa da Vigia, e oeste com o Calhau, alqueirada a terra em doze maquias, e avaliada tudo em—12\$000.

Bens que foram de João Anastacio da Silva

27990 Uma terça parte do forno de cal no sítio do Calhau, ao pé da Marinha: confronta pelo norte e leste com João Antonio e proprios nacionaes, sul e oeste com o Calhau, alqueirada a terra em duas quartas, e avaliada tudo em—4\$333.

27991 A terça parte de uma terra de sementeira no sítio dos Pontões, que confronta pelo norte com herdeiros de Antonio João de Ornelas, sul com a ribeira do Natal e Marinha, leste com Antonio Carvalho e outros, e oeste com Fernando Mesquita, alqueirada a terça parte em dez alqueires—11\$000.

Bens que foram de João Anastacio

27992 Uma porção de terra de sementeira no sítio das Barreiras, que confronta pelo norte e sul com o morgado Sebastião Joaquim de Mendonça, leste com o Furado, e oeste com Remigio Antonio da Silva Barreto, alqueirada em dez alqueires—5\$000.

27993 A terça parte de umas terras de sementeira no sítio de S. Roque, confronta pelo norte e leste com o morgado Sebastião Joaquim de Mendonça, sul e oeste com Remigio Antonio da Silva Barreto, alqueirada em um alqueire—1\$000.

27994 Uma porção de terra de sementeira no sítio dos Curraes, que confrontam pelo norte com a rocha do Norte, sul com o morgado Sebastião Joaquim de Mendonça, leste com o dito, e oeste com herdeiros do Antonio Joaquim de Olim, alqueirada em quatro alqueires—4\$000.

27995 A terça parte de uma porção de terras, no sítio das Pias, que confrontam pelo norte com Antonio Rodrigues Romão e outros, sul e oeste com o morgado Sebastião Joaquim de Mendonça, e leste com a ribeira de Entre as Aguas, alqueirada em sete alqueires—10\$500.

27996 A terça parte de umas terras sementeiras no sítio do Penedo do Sacco, que confrontam pelo norte com a rocha do Norte, sul com a Marinha, leste com o Furado, e oeste com o Cabeço do Estreito, alqueirada a terça parte em dez alqueires—8\$000.

27997 A terça parte de umas terras de sementeira no sítio da Cova da Amoreira, confronta do norte com o morgado Sebastião Joaquim de Mendonça, sul e leste com Luiz Bittencourt, e oeste com D. Maria do Monte Moiz, alqueirada a terça parte em tres alqueires—5\$000.

27998 Uma porção de terras incultas no sítio da Areia Grande, que confrontam pelo norte com a Pastana da Rocha, sul com a Marinha, leste com Remigio Antonio da Silva, e oeste com o morgado Sebastião Joaquim, alqueirada em quinze alqueires—7\$500.

27999 A terça parte de uma porção de terra de inhame e sementeira no sítio da Banda de Alem, onde chamam a Palmeira, de que são colonos José Calça e outros, e parte pelo norte, sul e leste com herdeiros de Thomé Lopes, e oeste com o ribeiro da Palmeira, alqueirada a dita terça parte em dois alqueires—20\$000.

28000 A terça parte de uma terra de inhame e sementeira no sítio da Banda de Alem Mais Abaixo, de que são colonos João Moreira, Antonio dos Santos e outros, confronta pelo norte com herdeiros de Thomé Lopes, sul com a Marinha, leste com o morgado Sebastião Joaquim de Mendonça e outros, e oeste com João Antonio e proprios nacionaes, alqueirada em dez alqueires—150\$000.

28001 A nona parte de umas terras sementeiras no sítio do Cerrado da Igreja, que confronta pelo norte com Jorge de Oliveira e outros, sul com a Marinha, leste com o ribeiro da Palmeira, e oeste com o Cerrado do Tanque, alqueirada em um alqueire—4\$500.

Bens que foram de Antonio Marques de Freitas

28002 Uma porção de terra no sítio do Calhau, onde foram casas: confronta pelo norte com o dr. Almeida, sul com o morgado Caetano Velloso, leste com o caminho da Fuma, e oeste com a ribeira, alqueirada em tres e meia quartas—52\$500.

Bens que foram de Francisco Antonio Marques

28003 Uma porção de terra de horta no sítio da Terra do Baptista, freguezia do Porto da Cruz: confronta pelo norte com Antonio Vieira, sul, leste e oeste com Alexandre Siricio de Gouveia Spínola, alqueirada em uma e meia maquia—4\$000.

28004 Uma porção de terra de inhame e horta no sítio da Terra do Baptista, freguezia do Porto da Cruz: confronta pelo norte e oeste com os herdeiros de Jacinto José Rodrigues, sul e leste com Alexandre Siricio de Gouveia Spínola, alqueirada em duas maquias—5\$000.

28005 Uma porção de terra no sítio da Terra do Baptista, freguezia do Porto da Cruz: confronta pelo norte com Alexandre Siricio de Gouveia Spínola, sul com herdeiros de Anna de Sousa, leste com o caminho do conchello, e oeste com Henrique de Freitas, alqueirada em seis maquias—16\$000.

Bens que foram de João Francisco Marques

28006 Uma porção de terra de sementeira no sítio do Castellejo, freguezia do Porto da Cruz: confronta pelo norte com herdeiros de Antonio Marques, sul e leste com herdeiros de D. Gertrudes Leal, e oeste com herdeiros de José Gomes Marques, alqueirada em uma quarta—1\$000.

28007 Uma porção de terra de sementeira no sítio do Castellejo, freguezia do Porto da Cruz: confronta pelo norte com a levada, sul com herdeiros de D. Gertrudes Leal, leste com Antonio Gonçalves, e oeste com José Marques da Nobrega, alqueirada em seis maquias—1\$500.

Somma R.º..... 365\$883

Segunda repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 5 de maio de 1860.—Antonio Augusto Pereira da Silva.

Lista 1248-A

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 21 DE JULHO DE 1860

Segunda fôrma

Artigo 6.º do decreto de 29 de dezembro de 1846

DISTRICTO DO FUNCHAL

CONCELHO DE MACHICO

Reforma da lista 1204-A

Avaliação com o abatimento de uma quinta parte

Bens adjudicados á fazenda nacional, por execução promovida contra os herdeiros do padre Manuel José da Paixão

28008 Um pedaço de terra com uma maquia, de inhame, e sem pensão, no sítio da Banda de Alem: confronta do norte, leste e oeste com José Joaquim Fernandes, e sul com os herdeiros de Manuel da Silva, 6\$000 réis—4\$800.

28009 Um dito com sete maquias, coberta de vinha e balseiras, no sítio da Eira Velha: confronta do norte com Francisco Berenguer, sul com os herdeiros de José de Sousa, leste com o ribeiro, e oeste com os herdeiros do dito José de Sousa, 20\$ réis—16\$000.

28010 Um dito com meio alqueire, coberto de plantas de inhame e terra sementeira, no sítio da Eira Velha: confronta do norte com Francisco Berenguer, sul com Vicente de Freitas, leste e oeste com o ribeiro, 24\$000 réis—19\$200.

28011 Um dito com meio alqueire, de vinha, e sem pensão, na freguezia de Machico, e sítio da Eira Velha: confronta do norte com Francisco Berenguer, sul com a Levada da Rocha, leste com herdeiros de Tristão Joaquim, e oeste com Anna de Sá, 30\$000 réis—24\$000.

28012 Um dito com meia quarta, de vinha, e sem pensão, no sítio da Eira Velha: confronta do norte com o caminho da Roçada, sul com a Levada da Rocha, leste com os herdeiros de José de Sousa e outros, e oeste com os herdeiros de Tristão Joaquim de França, 8\$000 réis—6\$400.

28013 Um dito com doze alqueires, sementeira, e com algumas plantas de inhame, no sítio da Roçada: confronta do norte com José de Freitas, sul e oeste com D. Maria Thereza, e leste com o ribeiro, 35\$000 réis—28\$000.

28014 Uma terra, no sítio da Roçada, com dez alqueires de terra, sem pensão alguma: confronta do norte com os herdeiros de José de Freitas, sul com o ribeiro, leste com os herdeiros de Francisco Luiz de Mendonça Catanho, e oeste com os herdeiros de Francisco de Vasconcellos e outros, 42\$000 réis—33\$600.

28015 Uma porção de terra com quarta e meia, parte de vinha e parte de baldio, no sítio das Lezírias: confronta do norte com Manuel Nunes de Viveiros, sul com os herdeiros do major Lourenço Justiniano de Mesquita, leste com o caminho, e oeste com João Pedro Franco, 10\$000 réis—8\$000.

28016 Uma dita com tres quartas, coberta de vinha e balseiras, no sítio dos Landeiros: confronta do sul com José de Vasconcellos Escorcio, norte com os herdeiros do morgado Lourenço Justiniano de Mesquita, leste com o caminho, e oeste com João Pedro Franco, 35\$000 réis—28\$000.

28017 Uma dita com quarta e meia, coberta de vinha e balseiras, no sítio dos Landeiros: confronta pelo norte com o caminho, sul e oeste com Sebastião Joaquim Rodrigues Leal, e leste com os herdeiros de Julião Pedro Gomes, 12\$000 réis—9\$600.

28018 Uma dita com uma maquia, coberta de vinha e inhame, no sítio dos Landeiros: confronta do norte e leste com João Pedro Franco, sul e oeste com José de Vasconcellos Escorcio, 6\$000 réis—4\$800.

28019 Uma dita com dois alqueires, coberta de vinha e balseiras, no sítio dos Landeiros: confronta

ta do norte com D. Rita e D. Antonia Espinosa, viuva, sul com o ribeiro da Terra Chã, leste com a viuva do major Lourenço Justiniano de Mesquita, e oeste com os herdeiros de João Vieira, 80\$000 réis—64\$000.

28020 Uma dita com meia quarta, coberta de vinha e balseiras, no sítio dos Landeiros: confronta do norte com o caminho, sul com D. Francisca Vicência, leste e oeste com D. Rita, 5\$000 réis—4\$000.

28021 Uma dita com quarta e meia, coberta de planta e inhame, no sítio do Piquinho: confronta do norte com Diogo Berenguer e outro, sul e oeste com Gregorio Luiz de Brito, e leste com Antonio

Francisco, da freguezia de Sant'Anna, 20\$000 réis—16\$000.

28022 Uma dita com meio alqueire, coberta de vinha e latadas, no sítio do Piquinho: confronta do norte com João de Olim Sagoia, sul e oeste com o caseiro Silvestre de Mendonça, e leste com o morgado José Bernardino, 65\$000 réis—52\$000.

28023 Uma dita com quarta e meia, sementeira e parte de vinha, no sítio do Piquinho: confronta de todos os lados com João de Olim Sagoia, 15\$000 réis—12\$000.

28024 Uma dita com um alqueire e quarta, sementeira, no sítio do Piquinho, acima da Levada Nova: confronta do norte com Manuel da Costa,

sul e oeste com os herdeiros de José Francisco Gonçalves, da cidade do Funchal, e leste com a Levada Nova, 10\$000 réis—8\$000.

Somma R.º..... 338\$400

Segunda repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 11 de maio de 1860.—Antonio Augusto Pereira da Silva.

RECTIFICACÃO

Na lista de venda de fôros n.º 1732, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 119, de 25 do corrente, verba 27157, onde está=freguezia de Evora Monte=leia-se=freguezia de Santa Maria de Evora Monte.

Relação n.º 920, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues aos interessados, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECCÃO				OBSERVAÇÕES	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DOS AGRIACIADOS	CLASSES INACTIVAS A QUE FICAM PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO	
11-878	—	Pensões	38	Alberto.....	Pens.º de consideração	135\$000	Começa o abono em 1 do corrente mez.
11-879	—	—	—	Joaquina Angelica da Piedade.....	Idem	11\$250	Idem.
11-880	—	—	—	Maria da Piedade Freire (D.).....	Idem	11\$250	Idem em 8 do dito mez.
—	11-881	—	—	Marquesa de Parangará, D. Maria da Nazareth Pinto de Carvalho.....	Idem sem consideração	26\$250	Idem em 1 do dito mez.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 25 de maio de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

Relação n.º 452, com referencia ao districto do Porto, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECCÃO				OBSERVAÇÃO	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRIACIADA	CLASSE INACTIVA A QUE FICAM PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO	
—	11-882	Pensões	38	D. Maria Joaquina de Figueiredo.....	Pens.º de monte pio	57\$996	Começa o abono em 24 de nov.º de 1859.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 25 de maio de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECCÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA
Mapa do movimento dos cereaes, e seus preços, em maio de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		ORZADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.
Dia 24	Entrada	30	30	1	54	230	40	—	—	22	1
	(nacionais)	713	13	—	—	—	—	—	—	—	—
	(estrangeiros)	61	36	4	—	35	3	2	10	5	31
Existencia	(nacionais)	349	4	—	—	7	58	16	38	—	—
	(estrangeiros)	17438	59	521	56	1224	10	458	26	385	49
	(nacionais)	37	36	7	30	120	26	—	—	—	—
Dia 25	Entrada	87	59	—	—	12	20	—	—	—	—
	(nacionais)	123	—	—	—	3	—	—	—	—	—
	(estrangeiros)	16968	49	529	26	1329	16	458	26	384	30
Preços.....		620 a 760		380 a 420		440 a 500		—		—	

Repartição de agricultura, em 28 de maio de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá logar na segunda-feira 4 de junho, sendo a ordem do dia os pareceres de commissões que se apresentarem.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 30 de maio de 1860.—Diogo Augusto de Castro Constancio.

EDITAL

Augusto José Gonçalves Lima, bacharel formado em direito, administrador do bairro do Rocío por Sua Magestade El-Rei, que Deus guarde, etc.

Faço saber que não tendo sido possível descobrir a residencia de Henrique José de Sousa Reis, nem a de seus herdeiros ou representantes, nem quem uns e outros sejam, são pelo presente chamados e

citados o dito Henrique José de Sousa Reis, seus herdeiros ou representantes, e quaesquer outros que o possam ser, na conformidade dos artigos 50.º e 60.º do regimento do tribunal de contas, para no prazo de dez dias, a contar da publicação d'este no *Diario de Lisboa*, allegarem o que tiverem por conveniente acerca da liquidação e ajustamento da conta da sua responsabilidade, como recebedor do concelho de Aldeia Gallega do Ribatejo, desde 19 de dezembro de 1850 até 30 de junho de 1852, bem como para declararem o domicilio n'esta cidade, onde possam effectuar-se quaesquer intimações que se tornem necessarias para andamento do processo até sua definitiva conclusão, tudo sob pena de revelia. E para constar se publica e affixa o presente.

Lisboa, 28 de maio de 1860. E eu Manuel Joaquim de Mascarenhas, escrivão de fazenda, o subcrevi.—Augusto José Gonçalves Lima.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE VIANNA DO CASTELLO

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Vianna do Castello, no mez de abril de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE VIANNA DO CASTELLO						
De posta interna.....	—	—	—	—	—	—
Do reino e illas.....	6395	4709	109	148	1714	—
De Hespanha.....	—	—	192	49	—	—
D'alem dos Pyreneos.....	—	—	17	7	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	46	9	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	26	32	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	337	9	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILLAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e illas.....	16842	6037	10395	2185	2274	—
Para Hespanha.....	—	—	1299	63	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	—	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	—	—	61	64	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	293	7	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	10	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	28287	10746	12785	2573	3988	—
	28894	8495	13116	2794	3127	—
No mez de abril de 1859 o movimento da correspondencia foi de						

CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda publicar a taxa das gratificações, que estão marcadas no programma do corrente anno, para os mestres de officinas ou fabricas, ou donos de lojas, que desejarem tomar aprendizs ou calceiros de entre os alumnos da casa pia, que estão nas circunstancias de receber aquelle destino.

As ditas gratificações são de tres classes: 20\$000 réis, 25\$000 réis, 30\$000 réis. Serão fixadas segundo as circunstancias do alumno, e a natureza do aprendizado a que elle se destinar, e pagas no fim do primeiro anno do aprendizado.

No fim do segundo anno do aprendizado pagar-se-ha metade das gratificações, que se houver fixado para o primeiro anno d'elle.

Os alumnos levam tambem o seu futo, e a roupa do seu uso, e em certos casos cama.

As pessoas, que desejarem quaesquer outros esclarecimentos a este respeito, poderão dirigir-se ao director da casa pia, que l'hoz poderá prestar.

A administração julga que o conhecimento d'estas circunstancias, junto a que pelos annos anteriores já tem levado ao conhecimento do publico com a verdade e a franqueza com que se lhe deve fallar sempre, continuará a promover a saída dos orphãos d'esta casa, tão necessaria para se ultimar a execução das disposições reclamadas para a salubridade d'ella, e tão util por este modo, que dá aos alumnos um destino conveniente.

Belem, 28 de maio de 1860.—O director, Francisco de Paula Heitz.

ARSENAL DO EXERCITO

O arsenal do exercito precisa comprar, a prompto pagamento, uma porção de paus de olmo de dois a tres metros de comprimento, e de trinta e tres centimetros de diametro, pelo menos.

A commissão permanente do mesmo arsenal recebe propostas em carta fechada para a dita compra até o dia 2 de junho proximo futuro, e n'esse dia, pelas onze horas da manhã, serão publicamente abertas, e preferida a que mais interesse offerecer á fazenda.

O arsenal do exercito pretende contratar o fornecimento por tempo de um anno, a começar em 1 de julho proximo futuro, das diversas qualidades de pregos, limas, grosas e limaões necessários á laboração das suas officinas.

Recebe propostas em carta fechada para o indicado fornecimento, no todo ou em parte, a commissão permanente do mesmo arsenal, até o dia 9 de junho proximo futuro, em cujo dia, pela uma hora da tarde, serão publicamente abertas, e preferida, se convier, a que mais interesse offerecer á fazenda.

A mesma commissão presta desde já quaesquer esclarecimentos que os interessados pretendam.

Commissão permanente do arsenal do exercito, 25 de maio de 1860.—J. M. Ceciliano Rodrigues, capitão de artilheria, presidente da commissão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 2 de junho futuro, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, se ha de contratar em hasta publica o fornecimento, pelo tempo que se convencionar, do arroz necessario para consumo das tripulações dos navios da armada.

Não se tendo effectuado a venda, annunciada para o dia 25 do corrente, de diversos generos aviariados existentes no respectivo deposito do arsenal da marinha, de novo se abrirá praça para a dita venda no dia 4 do proximo mez de junho, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 30 de maio de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

PARTE NÃO OFFICIAL
CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA Sessão DE 21 DE MAIO
PRESIDENTE O EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM
VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello, D. Pedro Brito do Rio).

(Assistia o sr. ministro da guerra.)

As duas horas e meia da tarde, sendo presente numero legal, declarou o sr. presidente aberta a sessão.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—é unicamente para pedir ao digno par secretario a bondade de acrescentar na acta, no lugar que falla de um projecto de lei de que o tomei a iniciativa, que é um projecto de lei sobre vinculos. A data não estou lembrado qual é; mas peço que se tome d'ella nota, porque se ha de encontrar no projecto, a qual peço tambem que se acrescente na acta.

Nestes termos foi a acta approvada, e deu-se conta da seguinte

CORRESPONDENCIA

Um officio do ministerio das obras publicas, enviando um autographo do decreto das cortes go-raes sob n.º 5.

Para o archivo.

O sr. Barão de Porto de Moz:—sr. presidente, são já passados onze dias que esta camara se constituiu em tribunal de justiça; foi pois chamada a exercer uma grande função, que não pôde deixar de importar a todos; e cuja publicidade é reclamada, se não mais, ao menos tanto quanto qualquer outro acto que se passasse n'esta casa; e passa-se, sr. presidente, tanto tempo sem que a sessão se publique!

Sr. presidente, eu não censuro a tachygraphia, não censuro a mesa, não censuro a ninguém, mas apenas desejo apreciar o facto, porque a tachygraphia apresentou já ha muitos dias os seus trabalhos; alguns d'elles que me diziam respeito, visto serem discursos por mim pronunciados, foram por mim corrigidos.

Succederia por ventura, que os outros dignos pares não tenham podido fazer o que eu fiz?

Houve n'aquella sessão vencidos e vencedores; eu fui vencido, e a estes não resta senão o juizo publico ainda que os não pôde julgar; quer-se que sejam vencidos duas vezes?

Sr. presidente, faço estas reflexões, e peço a v. ex.ª que, tanto quanto possa, dê as providencias necessarias para que se cumpra o regimento á risca. Quando qualquer par não pôde rever o seu discurso, por qualquer motivo seja elle qual for, declare-o na camara; já succedem uma vez que, não podendo eu corrigir o meu discurso, declarei que não o podia corrigir, e pedi que elle fosse substituido ou por um extracto ou por pontinhos. E porque se não ha de fazer isto, sr. presidente? As cousas d'este modo não têm logar nenhum, nem podem continuar (apoiados).

O sr. secretario Conde de Mello:—segundo me informam da secretaria, ha ainda uma sessão a publicar-se, que teve logar antes da camara se consti-

tuir em tribunal de justiça; e esta demora provém dos discursos, em parte, não haverem sido devolvidos.

O sr. Barão de Porto de Moz:—eu pensei que tinha muita razão, mas ainda tenho mais do que julgava. Isto parece impossivel! Ainda falta uma sessão mais antiga para se publicar, do que aquella que teve logar quando esta camara se constituiu no tribunal de justiça! E isto porque os discursos pronunciados ainda não foram devolvidos pelos oradores. Parece-me que isto não pôde assim continuar.

O sr. secretario Conde de Mello:—a censura só deve cair sobre aquelles dignos pares que não têm mandado os seus discursos.

O orador:—eu não quero de modo algum censurar a ninguém; mas parece-me que a causa de tudo isto é estarem todos promptos para fallarem, e não para corrigirem os seus discursos (apoiados).

O sr. Marquez de Niza:—eu pedi a palavra para declarar que sou um dos pares incursos n'esta censura: mas a responsabilidade não é toda minha, porque um discurso que eu pronunciei no dia 8, em que se discutiu o projecto por mim apresentado, para a abolição das touradas, foi-me enviado no dia 16. Parece-me que a vista d'isto não se deve a camara admirar que eu não o tenha entregado.

O sr. Barão de Porto de Moz:—v. ex.ª faz-me o obsequio de me dizer se ha ou não uma disposição d'esta camara que determina qual é o tempo em que os pares devem entregar os seus discursos?

O sr. secretario Conde de Mello:—o tempo que se determinou foi de tres dias.

O sr. Barão de Porto de Moz:—então qual é o motivo por que se não cumpre essa disposição?

O sr. secretario Conde de Mello:—tenho a dizer ao digno par que estão duas sessões na imprensa para serem publicadas, e ainda o não foram; de modo que todos têm a culpa, os dignos pares, a imprensa...

O sr. Presidente:—sr. barão de Porto de Moz, as reflexões de v. ex.ª são mui bem cabidas, como sempre foram. Eu devo dizer que v. ex.ª já apresentou algumas razões que de todo me põem ao abrigo de qualquer censura que se queira fazer. A mesa não tem culpa de cousa alguma; portanto vá a culpa a quem cabe.

O sr. Visconde de Castro:—sr. presidente, eu concordo perfeitamente com o que acaba de dizer o digno par o sr. barão de Porto de Moz, porque na verdade isto não pôde continuar assim. Não é a primeira vez que eu levanto a minha voz para fallar contra este assumpto; e felizmente n'esta occasião estou á minha vontade, porque não fallei na sessão em que a camara se constituiu em tribunal de justiça, não tenho por conseguinte discursos para serem publicados, pois se assim acontecesse poderiam attribuir estas minhas palavras ao amor proprio (apoiados).

A mesa não pôde deixar de responder por estas faltas; e nós continuaremos a ser despresados em todo o paiz, pois, quando as sessões se publicam, são passados 10, 15, 20 e mais dias, e até um mez. Ora, quando as cousas mudam de face em 24 horas, o que fará em 24 dias!

Portanto, sr. presidente, se isto assim continúa, eu hei de fazer uma proposta para se eliminarem as despesas que se fazem para termos a publicação de nossas sessões.

Espero que v. ex.ª tomará as providencias necessarias, rodeado dos dignos pares secretarios, para que as cousas não continuem d'este modo (apoiados).

O sr. Barão de Porto de Moz:—permita-me v. ex.ª que eu corrobore as minhas razões com mais uma e talvez de todas a mais forte. Este inconveniente de se não publicarem as sessões revolta, faz mesmo perder o desejo de fallar, quando se vê que a imprensa periodica publica muitas vezes as sessões d'esta camara sem exactidão, e até attribuindo a cada um idéas oppostas ás que teve.

O sr. visconde de Castro disse que proporia não sei que remedio, pois eu só acho um bom modo de evitar tudo isto, e é não fallar n'esta camara (apoiados).

O sr. secretario Conde de Mello:—eu devo dizer a v. ex.ª que os empregados da repartição tachygraphica têm cumprido com os seus deveres, entregando o seu trabalho no dia immediato áquelle em que houve sessão; n'este momento mesmo já está entregue a versão das notas relativas á ultima sessão.

O sr. Barão de Porto de Moz:—mas o regimento ordena que passados certos dias se publiquem as sessões, e diz o como, se os pares não corrigirem os discursos.

O sr. secretario Conde de Mello:—vae para a imprensa e fica lá demorada.

O sr. Visconde de Balsemão:—eu abundo exactamente nas mesmas idéas dos dignos pares os srs. visconde de Castro e barão de Porto de Moz, pois já por muitas vezes tenho feito d'estes requerimentos. Já disse mais, que desejava que se adoptasse aqui o que se pratica na Inglaterra, onde os oradores, depois de terem pronunciado o seu discurso, têm de sujeitar-se ao que os tachygraphos lhes escreverem, porque o discurso, depois de pronunciado, é do dominio publico; se n'elle ha alguma duvida tem o direito de fazer as suas reclamações sobre o que se publicou; d'este modo estão evitados os inconvenientes.

Quando eu fiz esta proposta, um digno par, que eu não vejo presente, disse que uma tal medida era contra os precedentes da camara. Mas eu, sr. presidente, não vejo outro meio de acabar com estes inconvenientes.

O sr. secretario Conde de Mello:—Entre as disposições mandadas executar por esta camara ha uma que é a seguinte (ley).

Diferentes membros d'esta casa fizeram ha algum tempo as mesmas reflexões que v. ex.ª fez hoje, e reclamaram que se desse execução immediata a esta disposição, e qual foi o resultado? Foi apparecerem publicadas algumas sessões em que havia discursos que vinham respondendo a uns poucos de pontinhos, e os oradores, que depois viram isto, queixaram-se de que se apresentava uma resposta sem que o leitor pudesse ver qual era a pergunta.

O sr. Barão de Porto de Moz:—e essas disposições estão em vigor?

O sr. secretario Conde de Mello:—estão em vigor; não ha disposição nenhuma em contrario.

O sr. Visconde de Castro:—sr. presidente, levantei-me para dar uma explicação que entendi ser necessaria, e que me parece satisfatória. Não se disse a respeito da publicação das nossas sessões creio que ninguém se referiu ao corpo tachygraphico (O sr. Barão de Porto de Moz:—apoiado); do qual nada ha a queixar (muitos apoiados), cumpre elle os seus deveres, e mostra desejos de os cumprir com pontualidade, satisfazendo geralmente ao que d'elle se espera. Dado este testemunho que a justiça pe-dia (muitos apoiados), direi ainda algumas palavras, visto que estou de pé. É preciso fallar a verdade, e só a verdade. Nós se temos a queixar-nos é de quem dirige o corpo tachygraphico, e se é a mesa, é a mesa que é responsavel por essas faltas que continuamente se estão notando na pouca regular publicação das nossas sessões. Sr. presidente, nós temos lei que regula este objecto, e se a temos, cumpre-se, sem termos necessidade de recorrer aos exemplos de Inglaterra, que o digno par o sr. visconde de Balsemão ha pouco citou: cumpre-se a lei que o sr. secretario acabou de ler, porque quando

assim seja, sempre que um digno par não restituir o seu discurso dentro do prazo que lhe é marcado para o rever, em logar de se publicar esse discurso, que não entregou, publicar-se-ha um extracto d'elle, conforme está providenciado, porque é isto da obrigação dos redactores. N'uma palavra, quem restitue o seu discurso revisito dentro do tempo marcado, tem todo o direito a vê-lo publicado na integra na respectiva sessão; mas quem, por qualquer motivo, por doença ou pela sua retirada d'esta corte, o não pôde entregar, apenas do que disse ver um extracto (apoiados), porque é isto o que está determinado, e que me parece que se deve cumprir.

Peço pois, em meu nome, e creio que o poderei pedir no de todos os dignos pares (apoiados): que se cumpra o que está determinado pela camara a este respeito (apoiados).

O sr. Presidente:—em vista da manifestação da camara, a mesa (servir-me-hei d'esta expressão) fará cumprir desapidadamente a lei que a mesma camara votára acerca da publicação das suas sessões.

O sr. Conde do Bonfim:—sr. presidente, já apresentei um projecto de lei sobre a organização das tropas do ultramar. Hoje peço ser inscripto para apresentar outro projecto de lei que versa sobre nova organização do quadro dos officiaes da armada, regulando-lhes os vencimentos, reformas, etc., em harmonia com os seus serviços.

Achando-se tambem já impresso o projecto para a construção do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja, obra da qual resultarão vantagens incalculaveis para o paiz, e sendo certo que muito concorrerá para a approvação do projecto de lei sobre esta materia a respeitabilidade da companhia com quem se acha feito este contrato, parece-me que será conveniente dar á camara uma idéa de quaes são os membros d'essa poderosa companhia.

Direi, pois, sr. presidente, que o primeiro representante é o honrado captain Mangles, membro do parlamento britannico, presidente do=South Western Railway=(caminho de ferro sul-occidental) entre Londres e Southampton, e presidente da companhia de paquetes=Royal West Indian Steam Navigation Company=(companhia real indiana occidental de navegação a vapor) cujos barcos tocam em Lisboa com as malas inglesas, etc., para o Brazil, sendo os capitães d'essas empresas 50,000-000\$ réis, e o melhor dos argumentos em favor d'essas companhias é os elogios e detalhes que tão amuadas vezes apparecem a seu respeito nos jornaes ingleses e francezes.

O sr. John Chapman é o segundo representante da companhia das Vendas Novas a Évora e Beja. Em abono d'elle bastará referir que foi o promotor, e é o presidente e gerente dos=Great Indian Peninsular Railways=(caminhos de ferro da grande península indiana) cujos felizes resultados induziram o governo britannico a garantir-lhes uma percentagem sobre as accções subsequentes, favor este de que se não quiz aproveitar a companhia por que subserveva pelo capital total, 8,000,000 de libras esterlinas!

O sr. Nottman, outro dos principaes membros da companhia, é o director gerente de muitos dos caminhos de ferro interiores em Inglaterra, como são os de Salisbury, Yoyal, etc., e b'nhamos estes que todos se acham completos e dando b'nhamos dividendos.

Os outros cavalheiros que se acham ligados á companhia do caminho de ferro de que trata o projecto de lei são todos pessoas da maior respeitabilidade.

A vista pois do que tenho referido são estes os homens que poderíamos desejar para formar a companhia, e como os mais competentes relativamente a caminhos de ferro; sendo os seus nomes por si só uma garantia segura de que d'esta vez se verá em Portugal caminhos de ferro acabados na conformidade do que se contratou com a companhia.

O que eu tenho por certo, sob informação de alguém mui interessado na companhia, é que ella resolveu que dentro em quinze dias, depois da sancção real do contrato e da approvação dos planos pelo ministro respectivo, estará comprado o material necessario para o caminho de ferro e em viagem para Portugal, começando logo as obras com a maior actividade, e tanto assim que para este fim já chegaram a Lisboa dois membros da companhia: o intelligente engenheiro mr. Valentine mui acreditado em Inglaterra e Portugal pelos seus serviços e estudos sobre caminhos de ferro, e mr. Rose, habilitissimo chefe de construção de caminhos de ferro em Inglaterra, na India, etc.

Acrescentarei que tambem devo bastantes esclarecimentos sobre este importante objecto ao meu amigo Hardy Hislop, com quem tenho relações desde que serviu no exercito libertador, e que se acha ligado com esta respeitavel companhia, o qual, embora os seus inimigos tenham querido inculcar que não tem influencia nem capitães, o que é certo é que não se pôde negar, que á sua actividade e relações se deveu o primeiro caminho de ferro que tivemos, havendo-se com tal energia e actividade para o conseguir, que duas vezes foi a Inglaterra durante o curativo de uma perna quebrada, como creio o sabe o meu prezado camarada e amigo o sr. visconde da Luz; sendo alem d'isso certo que a illuminação a gaz no Porto e em Coimbra, foi devida á influencia e actividade do sr. Hislop.

Ainda que desejo não cançar a attenção da camara, não posso deixar de l'ha pedir, porque sou alemtejo, natural de Elvas, e sei quanto a camara tem a peito o desenvolvimento da riqueza nacional, e bem estar do paiz, e que deseja ser informada das circunstancias de que mais particularmente devem ter conhecimento os membros de que se compõe a camara.

Nestes termos, pelo que respeita ao grande melhoramento que este caminho de ferro ha de dar á provincia do Alemtejo e ao Algarve, direi que, alem de ser obvio o desenvolvimento que elle ha de produzir, e que seria difficil poder agora descrever e dar uma justa idéa dos beneficios e vantagens que resultarão n'aquellas provincias, tanto para a agricultura e commercio, como para as communicações militares, não se deve esquecer mui particularmente a immensa riqueza que ali se acha encerrada nas entranhas da terra. Allud a tres artigos que considero de grande importancia, isto é: primeiro, o mui intelligente e honrado sr. Tocha, rico fabricante e proprietario da villa de Estremoz, producto de avultada exportação para Inglaterra; segundo, as minas de magnesia, cobre, chumbo e estanho de que tanto abundam aquelles territorios; terceiro, finalmente, e que talvez venha a ser o principal artigo de exportação, os ricos marmores da minha provincia, que de certo podem competir com os marmores do mundo civilizado, e que não serão inferiores aos de Carrara, na Italia, sendo alem d'isso a existencia d'estas pedras tão avultada, que darão para toda a exportação que se deseje.

Não devo, alem d'isso, deixar de mencionar outros ramos mui importantes de produção e commercio do Alemtejo, taes são: 1.º o transporte dos porcos, que sem o auxilio de caminhos de ferro soffrem durante as morosas jornadas uma avultada perda de peso e d'ammificação da carne, alem de outras despesas e dissabores para os donos pelas coimas, etc., que têm de pagar e a que estão sujeitos pelo methodo actual de condução, em consequencia do longo tempo que gastam no caminho, comendo muitas vezes em terrenos que lhes são vedados; 2.º as lãs, que tão procuradas estão sendo

hoje, tendo augmentado consideravelmente o valor n'estes ultimos annos; 3.º os cereaes que fornece o rico celeiro do reino, que é incontestavelmente a productiva, abundante e vasta provincia do Alemtejo; 4.º em fim, por não estar agora a especificar tantos artigos da maior consideração, e que são conhecidos por todos, farei só menção das importantissimas empresas sobre cortiças em Estremoz, etc., que tanto se tem desenvolvido ultimamente n'aquella provincia, graças ao impulso que tem dado ali a este ramo de commercio o meu amigo o sr. Manuel Maria de Albergaria Coutinho, e outros.

Por falta de meios de transporte todas estas riquezas da provincia do Alemtejo jazem infructiferas. Estabelecido pois o caminho de ferro, seguramente virá restaurar por assim dizer o paiz, e n'estes termos sendo o tempo um precioso capital, eu requiero, sr. presidente, a v. ex.ª e á camara, que haja a maior urgencia na approvação do projecto de lei sobre tão vital objecto para a minha provincia, e tanto mais assim o requiero porque este contrato, a meu ver, é sem questão o mais favoravel em condições para o paiz, de quantos até agora têm sido approvados.

Conclui pois enviando para a mesa, para que seja consultada a camara, um requerimento do teor seguinte:

«Requiro a maior urgencia sobre a discussão do projecto de lei para a construção do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja, sendo consultada a camara para que se dispense o regimento, a fim de que a discussão principie logo que tenha concluido a do que está dado para ordem do dia; e requiero mais, que não seja interrompida a discussão d'este projecto com a de outros.»

O sr. secretario Conde de Mello:—leu o requerimento do digno par o sr. conde do Bonfim.

O sr. Presidente:—antes da ordem do dia tem a palavra o sr. ministro da guerra.

O sr. Ministro da guerra (visconde da Luz):—pedi a palavra para declarar a s. ex.ª que não me achando eu habilitado para entrar na discussão do projecto, que está dado para ordem do dia, peço que fossem convidados os srs. ministros competentes a comparecerem aqui.

O sr. Marquez de Niza:—peço a v. ex.ª que me conceda a palavra quando estiver presente o sr. ministro das obras publicas, a quem desejo dirigir uma pergunta, á qual s. ex.ª responderá logo, se para isso estiver habilitado, ou, de contrario, em outro qualquer dia.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—o digno par o sr. conde do Bonfim pediu que se dispensasse o regimento a fim de que sem demora alguma, e antes com a maior urgencia, se entrasse na discussão do projecto de lei que approva o contrato para a construção do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja. O negocio não é tão simples como talvez a alguém pareça; é preciso, quanto a mim, algum tempo para o examinar e sobre elle meditar, e por conseguinte não acho regular que apenas o parecer e projecto tenham sido impressos logo se entre na sua discussão. Sou pois de opinião que se não entre em discussão do parecer e projecto sem que medem os oito dias que o regimento marca.

O sr. Marquez de Vallada:—o sr. ministro da guerra acaba de pedir que sejam convidados os seus collegas e ministros competentes, a virem assistir á discussão dada para ordem do dia, visto s. ex.ª para isso não se achar habilitado. No entanto parecia-me que nós nos poderíamos ir occupando da eleição da commissão especial, proposta pelo digno par o sr. visconde de Gouveia. (Vozes)—não está dada para ordem do dia. Pois se não está dada proponho eu que se dê, passando-se desde já a eleger a mesma commissão.

O sr. Marquez de Niza:—como talvez a camara resolva que se passe a eleger a commissão especial, lembro que seria conveniente avisar d'isto alguns dignos pares, que talvez estejam na outra camara.

O sr. Conde do Bonfim:—quando eu fiz o meu requerimento, não tive a intenção de que com precipitação esta camara entrasse na discussão do parecer e projecto de lei sobre a construção da linha ferrea das Vendas Novas a Évora e Beja; mas sim que, estando já impressos e distribuidos o parecer e projecto, se dessem para ordem do dia da proxima sessão, terminada a discussão do projecto de lei dado para a ordem do dia de hoje. Isto não é uma cousa nova, porque já muitas vezes se tem dispensado o regimento, seguindo-se logo na discussão de outro projecto. Acabada portanto a discussão do projecto, de que a camara tem de se occupar, poderia sem inconveniente proseguir na immediata sessão no do caminho de ferro do Alemtejo.

O sr. Presidente:—o digno par o sr. conde do Bonfim pede a urgencia da sua proposta?

O sr. Conde do Bonfim:—sim, senhor.

O sr. Presidente:—o digno par o sr. conde do Bonfim pede que seja dispensado o regimento na parte respectiva, a fim de que terminada a ordem do dia de hoje, se entre logo na discussão do projecto sobre a construção do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja.

Não foi approvado.

O sr. Presidente:—entrará portanto opportunamente em discussão.

Passamos á eleição da commissão especial. Verificou-se terem entrado na urna 34 listas; maioria absoluta 18 votos. Serviram de escrutinadores os dignos pares marquez de Vallada, e visconde de Ovar.

Saíram eleitos os dignos pares José Maria Eugénio de Almeida com 33 votos, visconde de Gouveia com 32, marquez de Niza com 23, visconde de Balsemão com 21, e marquez de Ficalho com 20.

Os restantes dignos pares votados não obtiveram maioria absoluta.

Entrou o sr. presidente do conselho.

O sr. Visconde de Benagzil:—se ainda ha numero na sala, seria bom aproveitar-se o tempo em eleger os dois membros que ainda faltam, para ficar completa a commissão (apoiados).

O sr. Presidente:—vamos eleger os dois membros que ainda faltam.

Entraram na urna 31 listas.

Concluido o escrutinio, saíram eleitos os dignos pares marquez de Fronteira e marquez de Loulé, com 19 votos cada um.

O sr. Presidente:—a hora está dada. A proxima sessão terá logar na quarta-feira (23 do corrente), sendo a ordem do dia a mesma que estava para hoje. Está fechada a sessão.—Tinham dado cinco horas.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 21 de maio de 1860.

Os srs.: visconde de Laborim; cardeal patriarcha; marquezes de Ficalho, de Fronteira, de Loulé, das Minas, de Niza, da Ribeira, de Vallada; arcebispo de Évora; condes das Alcaçovas, de Alva, de Arcochella, do Bonfim, do Farrobo, da Lousã, de Mello, de Mesquitella, de Paraty, da Ponte de Santa Maria, de Rio Maior, do Sobral; bispos de Coimbra, da Guarda; viscondes de Athoia, de Balsemão, de Benagzil, da Borralha, de Campanhã, de Castellejos, de Castro, de Fontes Arcada, de Fornos de Algodres, de Gouveia, da Luz, do Ovar; barões de Porto de Moz, da Vargem da Ordem; D. Carlos Mascarenhas, F. P. de Magalhães, Moraes Pessanha, Aguiar, Larcher, Silva Sanchez, Fonseca Magalhães, Brito do Rio, e Aquino de Carvalho.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 30 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES

Um quarto depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 76 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do S. M. de Almeida, de que não pôde assistir á sessão de hontem por motivo justo.—Inteirada.

2.º Do sr. Abranches, de que por motivo justificado não pôde comparecer ás sessões de 28 e 29 do corrente.—Inteirada.

3.º Do sr. Diogo de Sá, de que o sr. Almeida Pessanha não tem comparecido ás sessões de 28, 29 e 30, por se achar doente.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio da camara dos dignos pares, acompanhando a relação dos projectos de lei que foram enviados e ali approvados.—Inteirada.

2.º Do ministerio da fazenda, participando, em resposta a um requerimento do sr. Carlos Bento, que por este ministerio não tem havido correspondencia alguma entre o governo e a direcção do banco de Portugal sobre a venda em Londres de titulos de divida fundada, em virtude do contrato com o banqueiro Erlanger.—Para a secretaria.

3.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento em que D. Luiza Thezeza de Mello Breyner pede que a pensão que lhe foi concedida seja declarada de consideração.—Para a secretaria.

4.º Um representação de algumas pensionistas do monte pio, pedindo que este lhe seja pago integralmente.—A commissão de fazenda.

5.º Da camara municipal de Murça, pedindo que no contrato Langlois se inclua a estrada que atravessando a aba do Mario, ligue a provincia de Traz os Montes com o Minho.—A commissão de obras publicas.

6.º Da camara municipal de Celorico de Basto, pedindo a annexação de certas freguezias, parte das quaes já lhe pertenceram.—A commissão de estatistica.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos.

1.º Peço por todas as secretarias os esclarecimentos que pedi em um requerimento, acerca das irmas da caridade, dirigido á secretaria dos negocios ecclesiasticos e de justiça.—Ferrer.

2.º Remetido ao governo.

3.º Requiro que, pela secretaria d'esta camara, seja remetida á illustre commissão de estatistica uma representação dos moradores da freguezia do Villar da Veiga do concelho de Terras de Bouro, apresentada na sessão de 1858, pedindo a annexação d'aquella freguezia ao concelho de Vieira, a fim de ser devidamente considerada pela mesma illustre commissão.—O deputado, Pereira de Carvalho de Abru.

Enviado á secretaria para lhe dar cumprimento.

Manda-se communicar ao governo a seguinte nota de interpellação:

«Tendo eu requerido, em 22 de abril, que a commissão de instrucção publica fosse remetida a consulta do director do observatorio astronomico da universidade de Coimbra, dirigida ao governo em outubro de 1858; e não tendo sido ainda satisfactorio este requerimento, desejo interpellar o sr. ministro do reino sobre o seguimento que deu aquella consulta, que envolve um pedido de justiça.—Luiz Albano.»

Tem segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.º Dos srs. Affonseca e Camara Leme, para o governo ser autorisado a despendar com a reconstrução e melhoramento do lazareto do Funchal até á quantia de 15,000\$000 réis.

drigo Nogueira Soares—Antonio Rodrigues Sam-
paio—Justino Antonio de Freitas.

Sendo approved é proclamado deputado da na-
ção portuguesa o sr. João de Sousa Machado, que
é introduzido na sala e presta juramento.

O sr. Justino de Freitas:—manda para a mesa
uma representação da camara municipal do conce-
lho de Gões, pedindo que o caminho de ferro do
norte siga de Thomar por Valle dos Cabanos.

O sr. Faria Guimarães:—envia para a mesa
um projecto de lei, que tem por fim melhorar em
parte o ensino na academia polytechnica do Porto.

O sr. D. José de Alarcão:—manda para a mesa
um requerimento, pedindo ao ministro do reino a
consulta da junta geral do districto de Santarem no
anno de 1859.

O sr. Avila:—envia para a mesa uma representa-
ção, assignada por duzentos e sessenta e tres cava-
lleiros do concelho de Baião, em que reclamam con-
tra as medidas financeiras apresentadas pelo go-
verno.

Pede que a esta representação se dê o destino
que se tem dado a outras de igual natureza.

O sr. Plácido de Abreu:—deseja fazer algumas
observações em relação ao objecto importante de
que tratou em uma das ultimas sessões, porque de-
seja que o sr. ministro do reino declare se tem ten-
ção de apresentar alguma proposta sobre pensões,
porque não sendo assim, tomará então a liberdade
de renovar a iniciativa de um projecto de lei, apre-
sentado pelo sr. Avila, quando ministro da fazen-
da, não tomando contudo esse expediente sem a
permissão do seu illustre auctor.

O sr. Avila:—quando apresentou esse projecto á
camara, tinha a convicção de que trabalhos d'esta
natureza sem serem da iniciativa do governo não
tem na camara aquella acceitação que devem ter
(apoiados), e é por isso que não tem já renovado
a iniciativa d'esse projecto; mas se o illustre depu-
tado lhe quer fazer a honra de o aceitar, agrade-
ce, offerecendo a sua coadjunção, quando se tra-
tar da discussão.

O sr. Plácido de Abreu:—sabe que esses projec-
tos devem partir do governo, mas quando elle na-
da faz, é preciso que os deputados os apresentem,
fazendo-o accorádo do lethargo em que vive: é ur-
gente a apresentação d'esse projecto, para que acabe
o arbitrio que o governo tem de só servir afilia-
dos; e sente não ver presente o sr. ministro da gu-
erra, seu antigo amigo, para lhe pedir que resolvesse
os negocios do pensões que tem na sua secretaria, e
que os traga á camara.

Pede, pois, ser inscripto para renovar a iniciativa
do projecto de lei, que acaba de mencionar, reser-
vando-se lhe tambem a palavra para quando esta-
jam presentes os srs. ministros da fazenda ou do
reino, a fim de chamar a sua attenção sobre este
objecto.

O sr. Cyrillo Machado:—envia para a mesa uma
representação da mesa da veneravel ordem terceira
de Nossa Senhora do Carmo, da cidade do Porto,
em que reclama alguma providencia, a fim de lhe
ser satisfeita uma importante divida de papel moe-
da que tem aquella corporação.

O sr. Zeferino Rodrigues:—envia para a mesa
uma representação de Antonio Maria Moreira, queixan-
do-se de ter sido despojado illegal e violentamen-
te em dezembro de 1847 dos interesses que lhe
pertenciam pelos agentes navaes e outros de França,
no Rio da Prata.

O sr. Monteiro Castello Branco:—tem de man-
dar para a mesa uma representação da camara mu-
nicipal de Oliveira do Hospital, e fazer algumas
observações sobre o assumpto de que ella trata,
mas como essas observações têm de ser feitas na
presença do governo, para as tomar na considera-
ção que merecerem, e não se achando este presen-
te, pede se lhe reserve a palavra, para então apre-
sentar a representação e fazer as considerações que
se lhe offerecessem.

O sr. Affonso:—manda para a mesa dois pro-
jectos, sobre os quaes pede a urgencia e a impres-
são no *Diário de Lisboa*.

Não cança a camara com a leitura dos relatorios,
e apenas lê os artigos. O primeiro é para a crea-
ção no lyceu do Funchal de uma cadeira de de-
senho linear. Em todos os tempos no chamado Pateo
dos Estudos do Funchal houve uma cadeira de de-
senho linear. Quando se falla constantemente em
habilitar os artistas a concorrer com o estrangeiro,
deve-se ter em vista que a sua instrução é por sem-
pre duvida um dos grandes meios para conseguir esse
fim. O desenho linear é um estudo de reconhecida
necessidade para um perfeito artista, é a arithme-
tica da geometria, é a geometria do mathematico.

O segundo é uma autorisação para o governo
contratar um engenheiro hydraulico em França, na
Hollanda, ou Lombardia, para formar um systema
de irrigação na Madeira, e derrogar os trabalhos
d'ella.

Aquella ilha em relação a aguas pôde ser divi-
dida em duas zonas, a do norte e a do sul. Na do
norte ha abundancia de aguas, na do sul é escassa,
e muitas freguezias rurais são improductivas para
si e para o estado, por falta de um bom systema de
irrigação.

Em alguns pontos da ilha no lado do sul, e no
cume de penhas alcantiladas, e verdadeiramente
alpinas, se encontram riquissimas e abundantes na-
centes, lagos mesmo, que sangrados e bem diri-
gidas aquellas aguas, terras incultas e esteréis se tor-
nariam em terras productivas e férteis, sendo orige-
m de bem-estar para seus habitantes, e de materia
tributavel para o thesouro.

Essa emigração espantosa que disina a popula-
ção de uma maneira terrivel, encontraria n'esta me-
dida o seu correctivo, porque por via de regra, quem
é feliz não emigra.

O estado nada perderia com o adiantamento dos
fundos para semelhantes trabalhos, porque o augmento
de valor da propriedade e o incremento consequente
dos impostos, largamente o compensariam.

De mais a mais é uma divida de gratidão, por-
que a Madeira em epochas não muito distantes con-
correu para o thesouro da metropole com avultadas
sommas.

A Madeira foi já a terceira alfandega do continen-
te e possessões portuguezas; mas agora visitada
pela destruição do seu primeiro genero de produc-
ção e exportação, tem direito a que a metropole
faça por ella algum sacrificio.

Nos não temos engenheiros hydraulicos, e sem
elles é inutil tentar trabalhos de irrigação. Já se
têm gasto sommas importantes n'aquella ilha, e por
falta de engenheiros especiaes, os resultados têm
sido negativos.

Afflige e consterna ver ricas e abundantes na-
centes despendarem-se de rochedo em rochedo, cain-
do no Oceano, que parece receba-las a custo, por
milhas as ver aproveitadas; em quanto que milhas e
milhas de terreno nada produzem nem para si nem
para o estado, só porque o maior desleixo e a maior
inecuria não tira partido d'essas aguas perdidas. Con-
clue pedindo que a mesa remetia com urgencia os
seus projectos ás commissões respectivas, mandan-
do-os imprimir no *Diário de Lisboa*.

Pede tambem que seja ouvida a commissão de
saude sobre o seu projecto para o estabelecimento
de um lazareto.

São julgados urgentes, remetidos ás respectivas
commissões, e mandados imprimir no *Diário de Lis-
boa*.

O sr. Pinto de Albuquerque:—manda para a mesa
um requerimento pedindo esclarecimentos ao go-

verno, pelo ministerio da justiça, que já tinha soli-
citado n'aquelle ministerio, sem que lh'os promptifi-
cassem.

O sr. Pedro Roberto:—manda para a mesa uma
proposta para ser tomada na devida consideração
pela commissão de fazenda, quando se tratar do or-
çamento do ministerio das obras publicas, a fim de
ser adicionada á verba de 6:800:000 réis orçada
pelo dito ministerio para as obras publicas no dis-
tricto de Angra, a quantia de 10:000:000 réis para
ser applicada a vias de comunicação de uns para
outros concelhos nas ilhas de S. Jorge e Graciosa.

Por esta occasião nota que a verba destinada a
obras publicas no districto de Angra é diminutis-
sima, e apenas chega para pequenos reparos nos
edificios publicos e para occorrer escassamente á es-
trada que sae de Angra para a Villa da Praia da
Victoria, começada ha quatorze annos, o que prova
que as verbas votadas até hoje são insufficientes.

Não chegando, pois, a verba votada só para a ilha
Terceira, capital do districto, como acaba de ex-
por, muito menos poderá chegar para as despesas
das duas outras ilhas de S. Jorge e Graciosa, que
infelizmente tem estado em um completo aban-
dono.

Nestas ilhas as vias de comunicação de um
para outros concelhos, são perigosissimas, e até a
estrada que vae da Villa da Praia para a de Santa
Cruz na Graciosa é tão perigosa, que de noite não
se pôde passar por ella sem o risco eminente do
viante se precipitar do alto do Gendador por onde
tem infalivelmente de passar.

A vista d'isto entende, pois, que é muito urgente
que se attenda a sua proposta, e espera por isso
que será devidamente approvada pela commissão respec-
tiva.

O sr. Abranches:—desejando fazer uma recomen-
dação ao governo, e não estando este represen-
tado, pede se lhe reserve a palavra para quando
algum dos srs. ministros se ache presente.

O sr. Arvoas:—usa da palavra que hoje pediu,
mas pede lhe continue a ser reservada a que tem
desde 18 do corrente mez, para quando estiver pre-
sente o governo.

Manda para a mesa uma proposta, para que a
camara interprete o sentido do artigo da lei eleito-
ral, na parte em que dispõe que deixe de ser re-
presentante do ultramar, no caso da dissolução da
camara, o deputado do circulo a respeito do qual
der entrada na camara o processo eleitoral da nova
eleição, pois acha absurdo que a exclusão se pre-
tenda estender ao deputado reeleito; porque, a res-
peito d'este não se dá o caso de constar á camara
pelo processo da nova eleição, que os seus consti-
tuíntes lhe retiram a procuração, antes pelo contra-
rio, ella lhe é confirmada com os votos novos. Quer
a reeleição seja approvada quer annullada, o depu-
tado volta á camara, e portanto a lei se se enten-
desse a respeito do deputado reeleito, poria o depu-
tado fora da sala por uma porta, para o fazer
entrar logo por outra, como acaba de acontecer com
o sr. deputado Sousa Machado. Conclue pedindo
que se dê a esta proposta o competente destino,
mandando-a á commissão competente para dar o
seu parecer.

Pede ao sr. presidente que ponha em pratica os
meios mais convenientes, para que não sejam pri-
vados os srs. deputados do direito de interpellar o
governo.

Ha dezenas de interpellações que se accumulam
durante toda a sessão, e assim passam pendentes
de um para outro anno! A interpellação tem por
fim exigir explicações do governo, e chamar-lhe a
camara a attenção sobre um facto ou uma neces-
sidade publica; mas se a interpellação se adia in-
definidamente, perde a occasião de produzir o seu
efeito.

Annunciam na legislatura passada, e repetiu a in-
dicação n'esta sessão, de varias interpellações ao
governo, sobre a occupação de Bolama; sobre a au-
archia monetaria que existe na provincia de Cabo Ver-
de; sobre os acontecimentos da provincia de Angola;
e até hoje nem sobre estes, nem sobre muitos
pontos a iniciativa parlamentar se tem podido exer-
cer; sobre Angola fallou ha mezes contra o go-
verno, na occasião da discussão da resposta ao discurso
da coroa, porque o governo abandonou a provincia
de Angola, não dando providencias como lhe cum-
pria apenas soube de que occorria no Congo.

O governo tratou de exageradas e opposicionis-
tas as reclamações d'elle orador, e até graçoejou com
o desaire occorrido, perguntando se elle, orador,
queria que se mandassem esquadras e exercitos para
Angola...

Mezes depois o governo vinha á camara com
grande azafema pedir urgentes autorisações para
levantar 100:000:000 réis, e conceder o dobro de
soldo aos militares que marchassem para Angola.

Elle, orador, pareceu-lhe que o governo com as
propostas que trazia não comprehendia a sua mis-
são, para resolver a crise que o seu desleixo tinha
creado; votou os meios, mas quiz explicar o seu
voto, obrigando o governo a explicar-se sobre o uso
que queria fazer das autorisações concedidas; mas
o governo abafou a discussão, e ficou privado de
se explicar, e por isso annunciou uma interpellá-
ção.

O paiz e a camara tem visto o procedimento do
governo em relação á expedição. A camara vê fun-
dados no Tejo os navios que ha muito deviam es-
tar em Loanda, e a causa publica a soffrer atro-
zmente, porque a força moral, que é o tudo no ul-
tramar, depende mais da urgencia e da natureza
dos socorros pecuniarios e de materias de guerra,
do que do numero de praças de infantaria que para
lá se mandem.

Em quanto á ilha de Bolama tem o governo mos-
trado o mesmo desleixo. Vae fazer quasi dois annos
que a Inglaterra tomou posse d'aquella ilha; já lá
está um missionario inglez; já lá estão autoridades
inglezas, e o governo guarda o mais inqualifi-
cavel silencio.

Está entregue esta questão á diplomacia, diz o
governo; quer dizer, está completamente perdida a
ilha de Bolama.

Para não tomar mais tempo á camara, conclue
pedindo ao sr. presidente que convide o governo
a vir á camara responder ás interpellações que tem
annunciado, e que urge realizar em qualquer dia
que a mesa indicar.

Quando estiver presente o governo usará da
palavra, pois tem a dizer cousas que não deve enun-
ciar na ausencia do governo, e por isso pede que a
palavra se lhe reserve para então.

O sr. Presidente:—todos os srs. deputados que
annunciam qualquer interpellação estão convenci-
dos da conveniencia e utilidade d'ella. É certo que
pela pratica que se tem estabelecido, de dirigir per-
guntas aos srs. ministros antes da ordem do dia,
quasi que tem importado o mesmo que fazer uma
interpellação (apoiados), portanto os srs. depu-
tados quanto a este ponto não têm muita razão
de queixa; entretanto é certo por outro lado, que
os trabalhos da camara não tem permitido que se
haja destinado um dia especial para interpellações,
apesar dos srs. ministros se terem declarado habi-
litados, contudo já se verificaram algumas, e está
pendente a do sr. Monteiro Castello Branco e ou-
tros srs. deputados ao sr. ministro das obras publi-
cas, dada para a ultima hora da sessão, mas que
até agora não tem sido possível realizar-se, pelos
motivos que a camara conhece.

O sr. Arvoas:—pede ao sr. presidente que haja
de convidar o sr. ministro da marinha a fim de que,

mesmo antes da ordem do dia, venha responder al-
guma cousa a respeito dos pontos a que se referem
as suas interpellações; não tem desejo de fazer osten-
tação sobre as suas interpellações, quer apenas diri-
gir algumas perguntas a s. ex.ª, e deseja muito que
s. ex.ª lhe diga alguma cousa em resposta.

O sr. Castro Portugal:—manda para a mesa
uma representação assignada por muitos cidadãos,
das comarcas de Ovar, Feira e Oliveira de Aze-
meis, que pedem se faça um ramal de estrada que
venha de Ovar a Cabanões, á Amieira, ao Feiral,
á Argoneida, Santo Estevão, e a entroncar em S.
João da Madeira ou Arrifana com a estrada pub-
blica que ahi passa de Lisboa para o Porto; ficau-
do assim ligadas e em comunicação a villa de
Ovar com as ditas povoações, e a villa de Oliveira
de Aze-meis.

Algumas das vantagens d'esta estrada acham-se
declaradas na representação, e são bem patentes a
todos os que conhecem aquellas localidades, e por
isso dirá que ella não só utilisa aos habitantes das
tres comarcas de Ovar, Feira e Oliveira de Aze-
meis, mas tambem aos da comarca de Arouca e de
todas as povoações desde Lamego até Ovar, pois to-
das ellas se surtem do peixe e sal do Ovar. O sr.
deputado eleito por Ovar, Francisco Joaquim da
Costa e Silva, já apresentou uma proposta para se
fazer uma estrada, que ligasse as duas villas de Ovar
e Oliveira de Aze-meis, e feito o ramal indicado n'esta
representação consegue-se o fim da dita proposta,
e por isso pede que a representação que manda para
a mesa seja enviada a competente commissão, para
ahi ser attendida e a mencionada proposta como
o merecem ser.

O sr. Sousa Pinto Basto:—manda para a mesa
uma representação das religiosas de Arouca, contra
a desamortisação dos bens das freiras, e pedindo
permissão para as profissões.

O sr. Coelho de Carvalho:—renova a iniciativa
do projecto n.º 92, da commissão de guerra, da
sessão legislativa de 1858, que tem por fim inden-
sizar os officiaes do exercito preteridos pelos acen-
tamentos politicos, que tiveram logar posterior-
mente a 1833; e reserva-se para sustentar este pro-
jecto quando vier á discussão.

O sr. Gomes de Castro:—lembrando que ha tem-
po mandou para a mesa uma nota de interpellação ao
sr. ministro dos negocios estrangeiros, relativamente
aos direitos de consulagem recebidos pelos consules
de Portugal na Gran-Bretanha, e tendo tido já o
caso de fazer sciencia ao sr. ministro actual o sr.
Casal Ribeiro, de que annunciara esta interpellá-
ção, s. ex.ª prometteu dar-se por prompto o mais
breve possível para responder; entretanto até hoje
a interpellação não se tem realisado; pede e espe-
ra que s. ex.ª se apresse a vir á camara respon-
der, e que o sr. presidente designe um dia para se
verificar esta e outras interpellações que estão pen-
dentes, porque do contrario torna-se quasi inutil o
direito que os deputados têm de dirigir interpellá-
ções ao governo.

O sr. Pinto Coelho:—apresenta duas representa-
ções da camara municipal de Povoa de Lanhoso, pe-
dindo em uma a conservação da comarca respecti-
va, e impugando em outra a divisão d'ella em fa-
vor de novas comarcas; e pede que vão ás commis-
sões respectivas; e declara que em occasião oppor-
tuna dará a sua opinião a esse respeito.

Apresenta mais uma representação das religiosas
de Guimarães, contra as asiduas de inversão dos bens
dos conventos em inscripções; e pede que vá á com-
missão respectiva.

Apresenta finalmente duas representações de pes-
soas particulares, a que pede que a mesa dê o com-
petente destino.

Ultimamente disse, que se estivesse presente o
sr. ministro das obras publicas chamaria a sua aten-
ção sobre dois objectos importantes.

É um d'elles a urgencia da resolução sobre o
negocio da supressão de algumas estações do cam-
mino de ferro de leste; e outro o do caminho de
ferro de Cintra.

Não se achando com tudo presente o sr. minis-
tro, pede que a palavra lhe fique reservada para
quando s. ex.ª o estiver.

O sr. Antonio de Carvalho:—a camara munici-
pal de Fronteira encarregou-o de apresentar n'esta
camara uma representação contra um projecto de
lei do sr. deputado Calça e Pina, que tem por fim
dividir o actual concelho de Fronteira, creando de
novo os extinctos concelhos de Souel e Veiros.

Parece-lhe, em geral, que a extrema divisão do
territorio é sempre um mal, não só porque complica
o trabalho da machina administrativa, mas tambem
porque pela maior parte n'essas localidades
e pequenas povoações, que querem constituir-se
em concelhos separados, falta quasi sempre o pes-
soal necessario para prover convenientemente os
cargos municipaes.

Portanto, lijando-se muito com a confiança
com que o honrou a municipalidade de Fronteira,
declara que ha de combater o projecto do sr. Calça
e Pina, limitando-se por agora a mandar para a
mesa a representação a que se refere.

Lê-se na mesa a ultima redacção de alguns pro-
jectos que tinham sido approvados pela camara sem
alteração, e nos quaes a commissão de redacção
tambem não fez alteração alguma, e são expedidos
para a camara dos dignos pares do reino.

O sr. Presidente:—declara que visto não estar
presente nenhum dos srs. ministros, e sem se po-
der por isso passar á ordem do dia, ia submeter
á discussão da camara o projecto n.º 25, que tem
por fim regular os vencimentos dos officiaes que
passam a veteranos, para serem abonados pela ta-
rifa de 1814, projecto assignado unanimemente por
todos os membros da commissão, e com o qual o
sr. ministro da guerra está de accordo.

Lê-se na mesa o projecto.

O sr. Nogueira Soares:—propõe o adiamento d'este
projecto, até que esteja presente o sr. ministro da
fazenda; porque deseja ouvir s. ex.ª acerca d'elle,
visto que traz augmento de despeza.

A proposta é a seguinte:
"Proponho o adiamento da discussão do projecto
n.º 25, até estar presente o sr. ministro da fazen-
da.—Nogueira Soares."

O sr. Presidente:—deve informar a camara, de
que a commissão de guerra foi unanime na appro-
vação d'este projecto; que ouviu acerca d'elle o sr.
ministro da guerra, o qual declarou que concordava;
e mesmo antes de o dar para ordem do dia con-
sultou o sr. ministro a tal respeito, e s. ex.ª decla-
rou-lhe, que não se oppunha a que fosse dado para
ordem do dia e approved, porque o reputava justo
e não augmenta a despeza. Entretanto propondo-se
o adiamento da discussão do projecto, era preciso
que esse adiamento fosse apoiado por cinco srs. de-
putados, para poder entrar em discussão.

É apoiado o adiamento na forma do regimento.
Pedem a palavra diferentes srs. deputados uns
pró e outros contra o adiamento.

Entra o sr. ministro da fazenda.

O sr. Nogueira Soares:—visto estar presente o
sr. ministro da fazenda, retira o seu adiamento.

Vozes:—ordem do dia, ordem do dia.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—
pedindo e obtendo a palavra antes da ordem do dia,
manda para a mesa uma proposta de lei, accom-
panhada de alguns esclarecimentos, para a inversão
em inscripções dos bens das casas religiosas.

O sr. Presidente:—informa o sr. ministro da fa-
zenda do que se tinha passado na camara em rela-
ção ao projecto n.º 25.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—pon-
dendo a conveniencia que havia em se continuar
na discussão do projecto n.º 20, requer que assim
se faça, reservando-se a do projecto n.º 25 para
outra occasião (apoiados).

Consultada a camara a este respeito, resolve
que se continue desde já na discussão do projecto
n.º 20.

O sr. Pinto Coelho (para um requerimento):—
requer que se consulte a camara, a fim de que se
imprima immediatamente no *Diário de Lisboa* a pro-
posta de lei que acaba de ser apresentada pelo sr.
ministro da fazenda acerca da inversão dos bens das
casas religiosas em inscripções.

O sr. Presidente:—observa, que não se carece
consultar a camara a este respeito, pois que está
adoptado como regra o imprimirem-se no *Diário
de Lisboa* todas as propostas de lei que são apre-
sentadas pelo governo.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DO DISCURSO DO ARTIGO 1.º
DO PROJECTO N.º 20

O sr. Presidente:—continua a discussão do ar-
tigo 1.º, e é o sr. Carlos Bento que tem a palavra.

O sr. Carlos Bento:—continua a julgar que a dis-
cussão d'este projecto está ligada com a questão re-
lativa ao modo porque se levantaram as sommas
necessarias para occorrer ás necessidades do servi-
ço, e por isso a camara não estranhará que conti-
nue a dar a este assumpto a consideração que elle
merece.

O projecto do *bill* de indemnidade, pela forma
que se apresentou, não está precisamente dentro das
condições em que ordinariamente se costuma pedir
o favor da camara para relevar o ministro respec-
tivo do desvio que fez de sommas que tinham uma
applicação estabelecida por lei; e isto não lhe pa-
rece uma cousa indifferente, e por isso entende que
as considerações apresentadas por um cavalheiro
muito competente, que hontem fallou sobre a gene-
ralidade do projecto, não procedem. A idéa de que
o tribunal de contas livra o parlamento do traba-
lho de examinar a applicação das sommas que fo-
ram applicadas sem ser em conformidade das leis,
não deve fazer desancar a camara. Esse tribunal
não se creou para supprimir na camara a fiscalisa-
ção indispensavel das contas; e, se assim fosse, a
primeira necessidade que havia era a de abolir o
tribunal de contas.

Este tribunal não representa, como a camara,
dentro das condições marcadas na constituição, o
paiz, e por consequencia já se vê que a missão d'es-
tes dois corpos são essencialmente differentes. O
tribunal de contas é chamado a emitir a sua opi-
nião sobre o exame financeiro da administração do
paiz, e a camara é chamada a interpor a sua opi-
nião sobre a boa ou má administração financeira
do paiz, e não o pôde fazer sem saber se o minis-
tro não só foi obrigado por forças superiores a des-
viar sommas que tinham applicação legal, mas a
razão porque as desviou.

E não se diga que antes de findo o exercicio se
não podem examinar essas contas, porque tratan-
do-se de um desvio de sommas que estavam destina-
das para certas despesas, e dando-se-lhes diversa
applicação, nada mais facil do que dizer qual foi a
falta de applicação legal que tiveram, e qual a que
se lhes deu. Sem isto não entende que seja possível
conceder o *bill* de indemnidade que se pede (apoia-
dos).

O sr. ministro mostrando pelo projecto que apre-
sentou á camara as sommas que levantou em vir-
tude das autorisações que tinha para occorrer ás
despesas do caminho de ferro, e a applicação que
deu para differentes despesas que refere, indicou
essas despesas só até a concorrência de 750:000:000
réis, e de ahi por diante não dá mais explicação
alguma: diz apenas que a despeza que houve e a
falta de receita explica o desvio das sommas e na-
da mais, e não pôde ser assim; o sr. ministro deve
declarar á camara o destino que tiveram os outros
750:000:000 réis. De certo que os desviou tambem
em consequencia da deficiencia de receita; mas é
necessario saber a applicação que tiveram, para
ver se ha direito a votar-lhe o *bill* de indemnida-
de.

Não entende que possa haver a confiança neces-
saria para absolver o sr. ministro, pelo modo por
que levantou as sommas para satisfazer estas des-
pesas, e é necessario que se estabeleça bem claro
o ponto de que a camara, antes que vote o *bill* pelo
desvio das sommas da applicação legal que tinham,
não pôde approvar o modo porque o sr. ministro
levantou os fundos, e precisa examinar primeiro a
applicação que tiveram essas sommas, sob pena da
camara abdicar a parte mais importante das suas
attribuições.

Entende que o sr. ministro da fazenda fez um
contrato infeliz, que não pôde por modo algum me-
recer a approvação da camara, e a maneira de le-
vantar fundos por este modo está condemnada pelo
mesmo projecto, quando diz que os fundos só de-
viavam ser levantados com o augmento de 1/3 por
cento do juro que têm os fundos no mercado, o
que mostra quanto é excessivo o lucro que se deu
por este emprestimo.

E a razão que se dá para justificar este excesso
de lucro não é admissivel, porque a circumstancia
de se fallar então em probabilidade de haver guerra
tambem se dá hoje, e se dava antes.

O sr. ministro da fazenda disse que era preciso
não hesitar na votação dos impostos, não haver de-
bilidade politica, e não se manifestarem, não sei que
paixões. Assim será, mas tambem é preciso não ha-
ver certa força politica que supponha que dois, qua-
tro, ou seis individuos no paiz impõem as suas idéas,
a sua vontade e os seus preconceitos a uma nação
inteira, isso tambem é força de mais. Para haver
boas finanças deve haver boa politica. Para se po-
derem lançar impostos não será conveniente que os
povos estejam persuadidos de que aquellos que pa-
gam são bem applicados? Não será necessario de-
monstrar que o governo quando contrahia sobre som-
mas muito importantes não desperdiça centos de
contos de réis? (Apoiados.) A questão do governo é
tambem uma questão de confiança; as situações po-
liticas, mesmo quando existem no governo cavalhei-
ros muito respeitaveis e competentes, quando as
condições politicas não são boas, esses cavalheiros,
apesar de toda a sua respeitabilidade e competen-
cia, vêem-se injustamente suspeitados, mas não po-
dem ir para diante.

Quer que se discuta o orçamento, porque sem
essa discussão não comprehendemos systema nenhum
financeiro, e entende que o governo é o culpado da
camara não estar discutindo ainda o orçamento.

Tem-se mesmo mostrado a menor consideração pos-
sivel por este documento official, dando-se a enten-
der, que sendo uma cousa em que se não pôde to-
car, não val a pena discuti-la; e o caso é que se
tem passado tres annos sem se votar a lei de recei-
ta e despeza. E não será uma cousa extraordinaria
estarmos ainda hoje regidos a este respeito pela lei
de 15 de julho de 1857? Não será urgente discutir
o orçamento n'estas circumstancias?

Na manhã visinha o ministro no acto de se apre-
sentar na camara recommendou ao parlamento a
discussão do orçamento, como o mais importante
dos deveres constitucionaes. N'aquelle paiz, onde o
ministerio é presidido por um individuo que acaba
de enobrecer o seu nome, e de dar brilhante realce
à nação pelas victorias alcançadas a favor da sua
patria, este homem vem á camara pedir a discus-
são do orçamento! É porque ali conhece-se que a

garantia mais forte do systema representativo é o
exame e discussão da receita e despeza publica pe-
los representantes do paiz.

Diz-se que ha um deficit grande. Desde que se
assevera isto, parece que mais evidente se deve tor-
nar a necessidade da discussão e exame do orça-
mento.

Diz-se mais: «votem os impostos, que se propõem,
porque elles ainda ficam inferiores ao deficit.» Aqui
está a accusação do systema do governo, porque é
elle o primeiro a declarar, que os impostos que de-
seja crear não cobrem ainda o deficit.

O sr. ministro apresentou na camara um relato-
rio cheio de factos importantes, mas não declarou
a importancia de certos impostos. Pois como have-
mos de votar o systema financeiro, que se nos apre-
senta, sem sabermos a quanto monta o deficit, e os
recursos cread

a camara lhe dê um voto favorável á operação que effectuou.

O sr. *Avila*.—como o artigo 1.º do projecto que se discute, pela maneira por que está redigido, não comprehende só actos praticados pelo nobre ministro da fazenda, mas actos que elle, orador, praticou, não pôde deixar de tomar a palavra para explicar esses actos, e dizer ao mesmo tempo a razão por que vota por elle; e tanto lhe cumpre fazê-lo assim, que quando este negocio foi á commissão se absteve de assignar o parecer, tendo dito aos seus collegas, que só tinha algumas duvidas a respeito de uma parte do artigo 2.º, e approvava todas as outras disposições do projecto.

O sr. ministro da fazenda, no relatório que á camara apresentou sobre o estado da fazenda publica disse, que os encargos que pesavam sobre diversas receitas que tinham applicações especiaes até 16 de março de 1859, data em que s. ex.ª tomou a pasta, orçavam por 1.097.000\$000 réis, e com quanto nas notas que tem, achou uma pequena differença, não valendo a pena discutir sobre a cifra, accita a de s. ex.ª, mas quer acrescentar que na occasião em que deixou aquella pasta contava com alguns recursos que o autorisavam a fazer frente ás applicações para que esta somma estava destinada na occasião em que se venceassem as respectivas despesas: havia ainda então 11.000.000\$000 réis em inscripções, que estavam servindo de penhor a emprestimos, e que elle, orador, pretendia pedir ao parlamento autorisação para as vender, como mais tarde o fez o sr. ministro, concedendo-lhe a camara essa autorisação; e contava, por virtude das medidas que tinha adoptado para fazer melhorar o preço d'ellas, que haviam de ser vendidas por um preço que orçasse por 50 por cento; que n'aquella occasião não era exagerado, porque chegou a effectuar vendas a 48 por cento, e em Inglaterra a 47 por cento, comprehendendo-se n'essas medidas o projecto que apresentou á camara para a desamortisação dos bens das freiras, mitras e cabidos; mas não podendo esperar que estes réis 11.000.000\$000 se vendessem n'um anno nem n'um mez, tinha contrahido um emprestimo de 600.000\$000 réis, a maior parte do qual ainda o sr. ministro achou.

Está inteiramente de accordo com os srs. ministros da fazenda, Mamede e Nogueira Soares, em relação á conveniencia de augmentar a receita publica, e ha de prestar o seu concurso aos projectos apresentados para esse fim, mas entende que é necessario ao mesmo tempo fortalecer o credito por outras medidas, que façam com que haja procura para os títulos, porque então hão de subir a um preço muito superior, como por exemplo, o projecto que apresentou para a consolidação de toda a nossa dívida, e o expediente que tomou de mandar pagar os juros das inscripções nas capitais dos districtos.

Agora deseja expender a sua opinião sobre uma duvida que na camara se apresentou, para a qual não lhe parece que haja fundamento real.

Alguns illustres deputados quizeram fazer dependente a sua approvação a este artigo, do conhecimento da applicação que tinham sido as sommas desviadas. Pede licença para dizer que vê n'esta questão duas questões diversas; a primeira é o desvio das sommas que tinham applicação legal para outra applicação; e a segunda é se o governo applicou essas sommas desviadas a despesas legaes: aquella comprehende-se no artigo 1.º e esta no artigo 3.º, que responde a todos os escrúpulos que os nobres deputados possam ter, porque o tribunal de contas quando acabar o respectivo exercicio relativo ao anno de 1859 a 1860, e passado o praso para poder desempenhar as suas funcções ha de apresentar o seu relatório a este respeito, e quando elle apparecer é que se pôde saber se a receita obrigava o governo a desviar as sommas que desviou; e portanto essa questão ha de ser tratada em tempo.

O sr. Mamede entrou em algumas considerações que lhe parece que não são completamente exactas, e por exemplo, disse que o *deficit* do anno em que estamos orça por 1.000.000\$000 réis, e o dos dois annos anteriores andava por 900.000\$000 réis. S. ex.ª não se referiu de certo ao anno de 1857 a 1858, que era excepcional, porque foi o da febre amarela, referiu-se ao de 1858 a 1859; mas é claro que ou o *deficit* desse anno era menor ou o de agora é maior, porque os encargos dos fundos que o sr. ministro criou, e os do emprestimo para estradas aggravam o *deficit* do anno actual em 280.000\$000 réis, ao passo que as cobranças a mais das sommas votadas para a contribuição directa, attenuaram o do anno de 1858 a 1859 em 250.000\$000 réis.

Houve tempo em que eram muito censurados os orçamentos, mas todos os ministros da fazenda se têm justificados uns aos outros, e de certa epocha para cá têm sido tão exactos quanto possível. Hoje o orçamento é feito de maneira que não envergonha os ministros quando é examinado nos paizes estrangeiros, e antes pelo contrario todos os dias apresenta uma maior abundancia de informações que o tornam um documento muito essencial.

O nobre deputado, querendo também combater alguns cavalleiros que votam contra certos projectos de impostos disse não são illudidos, uns ministros criam as receitas e outros aproveitam-nas o que é exacto, e citou o exemplo d'elle, orador, e bem; mas pede licença para lhe dizer que em relação á cifra das estradas feitas pela administração do 1849 a 1851, que essa administração não fez alguns kilometros de estradas, como s. ex.ª indicou, porém fez dezoito leguas com o imposto das estradas, creado pela lei de 22 de julho de 1850.

Nesse tempo contavam-se os trabalhos das estradas por braças e em 31 de março de 1851 pela tabella do trimestre estava construídas 35.970 braças e em construção 13.267, e calculando como se tem calculado, dezoito leguas, e da estrada do Alentejo, a que se referiu, estavam construídos 40.216", ou 40 kilometros, isto é 7/8 d'essa estrada.

Por esta occasião dirá alguns palavrões sobre o contrato de que se tem tratado, e dirá mesmo que se podesse saber que o sr. Casal Ribeiro havia de continuar á frente dos negocios da fazenda, nada dizia, porque tem a convicção de que s. ex.ª não querará fazer novas operações d'esta natureza; mas como os ministerios se succedem uns aos outros, e uma vez que na camara se fizeram algumas considerações apresentando esse contrato como bom, elle orador, que o não reputa bom, deseja que todos, governo e camara, aproveitem da experiencia, de modo que operações d'estas se não repitam.

Tem muito medo de todas as operações que são feitas, por homens aliás muito respeitaveis, mas que sem convite nosso, vem aqui para nos salvar; tem repugnancia para aceitar estes meios de salvação. Não quer que fechemos as portas do nosso paiz aos estrangeiros que cá quizerem vir, mas não quer que elles venham fazer negocios á nossa custa.

Quando em 1856 se tratou de um emprestimo que se havia de contrahir com uma casa de Paris, elle, orador, disse a mesma coisa; disse ao governo que obtivesse autorisação para levantar os fundos, e com o resto não se assustasse. Disse-lhe que o governo tinha o banco de Portugal a quem se podia dirigir, e que se este estabelecimento se não quizesse encarregar d'esta operação, então procuraria outro meio, e lembrou-lhe a agencia financeira em Londres onde se tem feito emprestimos sobre penhores, e que, só depois de esgotados todos os meios, é que se devia lançar mão d'aquelle que se projectava.

Aconteceu sair a administração d'esse tempo, e ser chamado ao governo o sr. José Jorge Loureiro, o qual foi autorisado a levantar 1.500.000\$000 réis; e s. ex.ª teve a bondade de convidar algumas pessoas para as ouvir sobre o modo de realizar esta operação, tendo-se lembrado também d'elle, orador. O sr. Loureiro pediu-lhe o seu conselho, ao que respondeu que não podia dar outro senão aquelle que já tinha dado na camara, porque não escolhia os ministros para dar os conselhos: o que havia indicado, como parecendo-lhe bom, ao ministerio do sr. Fontes era aquillo que não podia deixar de aconsellar ao ministerio de que o sr. Loureiro fazia parte.

Achava-se n'essa occasião também presente o sr. presidente da direcção do banco, Joaquim Pereira da Costa, e elle, orador, disse ao sr. Loureiro que se dirigisse ao mesmo presidente e que visse se o banco ia emprestando algum dinheiro, e que encarregasse o banco de ir vendendo o penhor que se havia destinado para o mesmo emprestimo.

O sr. Loureiro aceitou o conselho, e foi elle, orador, que depois entrando para o ministerio ainda veio a concluir esta operação.

Esses fundos foram vendidos em Inglaterra e deduzidas todas as despesas, deram 44 e uma fracção. E a administração de que fez parte, tendo de fazer outra operação para continuar o caminho de ferro, seguiu o mesmo caminho e encarregou o banco de effectuar a venda em Inglaterra, o que elle fez vendendo a 47 1/2. E se ao banco de Portugal se encarregou uma venda de fundos de 1.600.000 libras, também o banco de Portugal podia ser encarregado d'esta operação.

O sr. ministro recebia que a guerra tomasse um grande incremento, e o seu pensamento era habilitar-se com uma somma com a qual s. ex.ª podesse garantir o pagamento pontual durante um anno pelo menos, e fazer frente ás despesas do thesouro e aos melhoramentos materiaes que s. ex.ª queria fazer em larga escala; s. ex.ª pensou que devia sacrificar alguma coisa, contanto que obtivesse este fim, e não deu attenção á differença do preço, por que os fundos estavam cotados em Inglaterra por um preço superior aquelle por que s. ex.ª contrahiu. Mas o fim que o nobre ministro tinha em vista, fazendo esta operação, parece-lhe que o não conseguia, nem o obtinha porque o deposito que se exigia era um deposito muito insignificante e não dava garantias do bom resultado d'aquillo que se tinha em vista, porque sendo o deposito apenas de 12.000 libras, se por qualquer circumstancia ou por qualquer acontecimento que se desse na Europa os nossos fundos descessem a um certo preço, a casa com quem se negociou abandonava o deposito e rasgava o contrato.

Portanto, já se via que o deposito fôra muito pequeno, e que 54.000\$000 réis não era garantia para que o contrato fosse cumprido, no caso de se darem circumstancias que fizessem descer os nossos fundos.

Alem d'isso o governo não devia comprometter-se nesta questão, senão no proprio dia em que a casa Erlanger se compromettesse.

Receia muito que a casa Erlanger nos fizesse outro deservico, que foi fazer descer os fundos em Inglaterra; não lhe consta que a casa Erlanger fosse de tal abundancia de capitais, que podesse dispor d'elles na occasião que tinha de realizar a operação das 120.000 libras de tres em tres mezes.

Esta casa recebia 300.000 libras de títulos, dava uma letra a tres mezes, e ia vender estes títulos uma vez que lhe dessem mais o que aquillo que por elles tinha dado; e estava forçando o mercado, e compromettendo de algum modo o preço dos nossos títulos: o interesse d'esta casa era realizar fundos, e uma vez que ganhasse tudo era lucro.

Outras operações terão de se fazer brevemente, porque tendo lido um relatório publicado nos jornaes francezes, por elle viu que as acções dos nossos caminhos de ferro de norte e leste se passaram todas, e que a primeira prestação já está em caixa; e então pede ao sr. ministro, e nem era necessario pedir-lhe, que nas operações que tiver de levar a effecto, procure evitar que se façam operações, não só que tragam grandes onus ao thesouro, mas que façam sair os nossos melhoramentos materiaes muito caros.

Elle, orador, sabe as circumstancias em que o sr. ministro se achou, quando levou a effecto esta operação, e por isso o desculpa.

Pede, portanto, á camara desculpa de ter occupado a sua attenção, e conclue declarando que votou pelo artigo em discussão.

O sr. *Presidente*.—vãe dar-se conta á camara de um officio, que se acaba de receber do ministerio do reino.

Lê-se um officio do ministerio do reino, acompanhando o decreto, pelo qual Sua Magestade El-Rei houve por bem prorogar as cortes geras da nação portugueza até ao dia 30 de junho proximo.

A camara fica inteirada.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro).—julga que não corresponderia á maneira por que o illustre deputado entrou n'este assumpto, se se não apressasse a dizer algumas palavras, porque a camara viu a maneira como s. ex.ª appreciou não só o contrato, mas o procedimento do governo.

A camara ficava avaliar o contraste que fez o illustre deputado, concedendo das necessidades, e em quem por mais de uma vez tem encontrado approvação o proceder do governo, com a maneira desabrida porque outros oradores que razão tinham para não levarem tão longe as incriminações, entraram n'este debate (*apoiados*).

O illustre deputado pareceu desejar uma resposta á sua pergunta, qual é, se o governo entende dever agora repetir operações em termos identicos á de 30 de junho: tem a dizer que o governo não considera as circumstancias actuaes de tal sorte, que seja necessario repetir uma operação nos mesmos termos. E s. ex.ª foi o primeiro a fazer justiça ao governo, dizendo que foram realmente as circumstancias muito menos favoraveis em que elle se achou n'aquella occasião, que o levaram a contrahir por aquillo preço.

E contudo a operação não é ruinosa como a alguns illustres deputados se affigou, apesar de ainda hoje se terem reproduzido rasões que já estavam em grande parte contrariadas por parte do governo; a operação não é uma operação ruinosa, desgraçada e injustificavel, porque n'este assumpto não ha bom nem mau absoluto: refere-se tudo ás circumstancias; e quem quer apreciar as cousas não pelos factos, mas pelos seus bons desejos, ha de ajuizar sempre mal (*apoiados*).

O governo foi censurado por não ter apresentado aqui documentos que suppozeraem existir, passados entre elle e os estabelecimentos monetarios, aos quaes conviesse entrar n'esta operação. Diz aos illustres deputados que é desconhecer completamente as cousas como ellas se passam e devem passar, suppor a existencia de similitudes documentas.

O governo quando se dirige a um estabelecimento para fazer um contrato, é porque já tem a probabilidade de que essa operação se pôde realizar. Os actos officiaes võem, para assim dizer, quando taes negocios se podem reputar definitivos e assentados, e portanto não podia o governo dirigir-se aos estabelecimentos monetarios do paiz ou fora d'elle, para saber se em taes circumstancias podiam realizar taes e taes operações; mas o governo colheu informações, e viu que havia difficuldade em fazer a operação pelos mesmos meios que até ali se tinham empregado.

Fôra do paiz havia mais de 1.000.000 de libras em títulos empenhados, e ninguém desconhece que estes empenhos são perigosos e que não se podem augmentar indefinidamente.

Diz-se que em consequencia d'esta operação é que os nossos fundos tiveram uma baixa ha pouco tempo no mercado de Londres: a baixa que os nossos fundos tiveram não proveiu d'essa operação, porque se fosse por esse motivo não havia de ser na epocha em que ella teve lugar, nem se havia de remediar tão brevemente.

Parece-lhe mais que essa baixa foi devida a publicações que se fizeram em que o nosso credito era atacado, e as nossas circumstancias financeiras completamente desfiguradas.

Quando estes factos se deram foram pedidos reembolsos por sommas consideraveis d'estes emprestimos contrahidos, e o governo foi obrigado a pagar nada menos do que 70.000 libras; e desde que esses reembolsos se satisfizeram promptamente o nosso credito se restabeleceu.

Os reparos que o illustre deputado o sr. Avila fez ao contrato, são de uma ordem muito diversa d'aquelles que foram feitos por outros illustres deputados, porque s. ex.ª não o reputa injustificavel nem censuravel. S. ex.ª reparou em que o deposito era pequeno; mas elle, orador, não considera o deposito se não como pena para o caso de se não cumprir o contrato, e não como unica garantia do contrato; e nenhum capitalista quer sujeitar-se a perder o deposito e rescindir o contrato senão em ultimo extremo, porque á perda do deposito junta a perda moral do seu credito, e isso é mais importante.

Tem-se querido atacar o governo por não prever em 30 de junho que a paz havia de ser assignada dentro de poucos dias. Nem o governo nem o contrahido podia prever isso, e todos sabem que o que apressou a paz foi precisamente o receio de que a guerra se continuasse teria de se generalisar.

Disse-se que o contrato devia fazer baixar os fundos, e que o negociador se havia de contentar com qualquer lucro; e ao mesmo tempo argumentou-se com a alta para figurar enormes lucros para o prestamista e enormes perdas para o estado.

Para exaggerar o custo da operação pretendendo sommar a differença entre o preço de venda e o preço do mercado com o coupon a vencer em 30 de junho, como se esse coupon se não achasse computado no mesmo preço do mercado. E como esta resposta não tem contestação, argumentou-se com o preço dos fundos em outubro, epocha da entrada da primeira prestação.

A operação ha de avaliar-se em relação á epocha do contrato, e não ás das entradas, e se a quer referir a estas epochas, então ha de permitir o illustre deputado que lhe redargua ainda com o exemplo que continua a affigurar-se-lhe a proposito, quanto ao emprestimo dos 500.000.000 de francos.

Este emprestimo foi contrahido quando os fundos francezes estavam a 60 1/2; mas attendendo ás vantagens por que esses fundos foram contrahidos, vieram a ficar a 58 1/2, depois já o 3 por cento francez chegou a 70: pergunta portanto quanto sacrificou a França, quanto perdeu, quanto atirou á rua, e porque não reservou para mais tarde a operação que fez? Nada menos de que 20 por cento, porque podendo contrahir a 70, contrahiu sobre 58 1/2. Calculada d'esse modo a perda, dir-se-ia que a França sacrificou 100.000.000 de francos, proximamente 18.000.000\$000 réis.

Também lhe não eram precisas as sommas por inteiro desde logo; e aquellas que se receberam do mesmo emprestimo não eram para se receberem todas de prompto, porque ainda se estava recebendo; e ainda que o emprestimo era para se realizar até ao fim de dezembro do 1860, o governo entendeu que devia adquirir a certeza de haver as sommas nas epochas conveniencas, embora lhe fosse preciso dispor d'ellas mais cedo.

Sem entrar em mais largas considerações, mesmo porque a camara está já sobejamente habilitada para julgar da responsabilidade do governo sobre este assumpto, não pôde deixar de dizer ao sr. Carlos Bento que o governo é o primeiro interessado na discussão do orçamento. Já muitas vezes o tem declarado, e cumpriu com o preceito constitucional em o ter apresentado em tempo devido.

Não se pôde fazer cargo nem censura, de que mais tarde se apresentassem no orçamento da marinha modificações que importam uma diminuição de despeza; mas note s. ex.ª que essa diminuição de despeza não contraria o que na camara se tem dito por muitas vezes, de que não se espere para a organização financeira que se effectuem largas economias pela discussão do orçamento, das quaes resulte diminuição de despeza para o thesouro; e ainda o presente orçamento do ministerio da marinha era mais dispendioso do que o orçamento passado; e não podia deixar de ser assim, porque tendo-se adquirido navios que era necessario armar, tripular e fornecer, implicitamente as despesas do material e pessoal teriam de augmentar, e quando a camara votou o emprestimo para os navios havia de ver, como de certo viu, que teria necessariamente de votar a despeza para os armar e tripular.

Em quanto ás economias, se quizesse retaliar o illustre deputado podia citar o celebre discurso que ouvimos a um illustre deputado, nas vespersas de s. ex.ª entrar para o ministerio das obras publicas, que citava como exemplo, um estadista, um cavalleiro que ultimamente se tornou tristemente celebre, o barão de Bruck, que o citava como typo das economias; e depois esse mesmo ministro, n'essa mesma sessão legislativa, augmentava o orçamento do ministerio das obras publicas em mais de 200.000\$000 réis; e não para estradas nem para caminhos de ferro, mas para despesas aliás muito uteis e justificadas, como por exemplo, 50.000\$000 réis para o correio, commissão geologica, candelarias, etc.

O sr. *Carlos Bento*.—é peor do que isso.

O orador. —não sabe se s. ex.ª fez peor; mesmo se o soubesse não o referia: agora não se trata de maneira alguma de criticar os seus actos, mas de autorisar os dos outros com o seu exemplo.

Em quanto aos outros pontos que se têm tocado, o illustre deputado o sr. Avila respondeu cabalmente ás observações que se tinham produzido, e mostrou effectivamente que este *bill* estava precisamente nos termos em que outros têm sido votados por circumstancias similitantes; e não pôde deixar de o ser. O que ha até aqui, é de ajuizar, tomando os factos em geral, se houve ou não circumstancias que obrigassem o governo a levantar sommas, para que estas autorisadas para certos e determinados fins, mas que applicou a outras despesas. A explicação deriva-se necessariamente da existencia do *deficit* extraordinario e ordinario. Quanto á approvação das despesas, a questão fica pendente e tem depois de ser examinada, e não é o tribunal de contas que ha de julgar da responsabilidade do governo; lá diz o artigo 3.º, e não precisava dizê-lo, lá estão os principios constitucionaes, que quem julga da responsabilidade do governo a respeito de contas é o parlamento: é esse o tribunal competente; mas agora não é occasião, nem é possível apresentar as contas relativas ao anno economico antes de findo esse anno; só depois é que o governo deve vir apresentar ás cortes as contas de todas as despesas que tenha feito, mas não só uma parte d'ellas.

O desejo que se manifestou de que o governo apresentasse as contas antes de findo o anno economico, assemelha-se a outro que foi aqui manifestado, de que o governo mandasse á camara a conta

da operação de 30 de junho, quando ainda não estava finda, nem podia haver conta approvada, nem a conta se faz senão depois de terminada a operação. Mas o governo não podia apresentar á camara aquillo que não existe, nem podia existir; e como já alguém aqui pediu que viesse á camara toda a correspondencia que tinha havido a respeito da negociação de bonds, pedido este feito em termos largos e genericos, que vem a ser toda a correspondencia com a agencia financeira em Londres, com os estabelecimentos do paiz, e com outros: se os illustres deputados entendem que para esclarecimento d'este ou outro assumpto precisam de todos os documentos que ha no arquivo da thesouraria, então pede que vão lá examina-los, pondo á sua disposição esse arquivo, pois que não ha empregados suficientes para copiar um arquivo inteiro.

Em vista das explicações que acaba de dar, limita-se ao que tem dito, e parece-lhe que de todas as observações que se têm produzido não pôde resultar, nem a rejeição do artigo que está em discussão, nem d'aquelles que se seguem.

O sr. *Chamigo*.—a questão da votação do *bill* é uma questão de confiança, e querendo conceder o *bill*, não pôde contudo deixar de ponderar que têm vindo á camara muitas representações de varios districts do paiz, que se pronunciam contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo, debaixo do unico sentido da falta de confiança na gerencia administrativa.

O paiz não se pôde dizer que se pronuncia contra o imposto, porque o paiz quer os melhoramentos de que carece, e não pôde, portanto, recusar os meios (*apoiados*); e é n'este sentido que ha de com o seu voto acompanhar algumas das medidas apresentadas, quando o sr. ministro tiver justificado sufficientemente essas medidas.

Não pôde deixar de extranhar o systema seguido por s. ex.ª, de querer unicamente adquirir meios pelo imposto directo, quando podia tirar muitas vantagens, recorrendo ao indirecto; fazendo, por exemplo, uma reforma em alguns artigos da pauta, indicados por todos os principios economicos. A camara terá de certo conhecimento de uma representação que ha poucos dias foi apresentada pelo commercio do Porto ao director da alfandega d'aquella cidade, pedindo providencias para obstar ao immenso contrabando que se está fazendo de assucar, de que resulta um grande desfalque para o thesouro (*apoiados*).

Não querendo cançar a camara, conclue dizendo que não pôde prestar o seu voto ao contrato Erlanger, quando s. ex.ª podia ter recorrido aos estabelecimentos do paiz, que de certo teriam feito o contrato, dando muito mais vantagens ao estado.

Vota o *bill*, mas quer que a questão do contrato se trate separadamente; e por isso manda para a mesa uma proposta a qual deseja que seja votada pela camara (*leu-a*).

O sr. *Presidente*.—observa que esta proposta não podendo fazer parte da lei que se discute, não sabe qual o fim que o set illustre auctor teve em vista.

O sr. *Chamigo*.—o de ser lançada na acta, se a camara assim o resolver.

O sr. *Lobo de Avila*.—manda também para a mesa uma proposta (*leu-a*).

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro) (sobre a ordem).—o sr. deputado por Santarem estará autorisado para muito, mas não o está, nem lho consente para se arvorar interprete das suas palavras, torcendo-lhes o sentido (*apoiados*). Declara na acta, declara no *Diario de Lisboa*, declara na imprensa, declara ao paiz, e declara diante de todos aquillo que disse, e sustenta sempre o que disse, porque não teve nunca de se envergonhar do que disse, e não costuma negar as suas palavras; mas o que ninguém podia é tirar das suas palvras inferencias absurdas.

Não teria a simplicidade de fazer declarações á camara que importassem um voto de censura a si mesmo.

O sr. deputado acabou hontem o seu discurso mostrando sentimento por não ver formulado um voto de censura para o votar. O sr. deputado formule esse voto; tem o direito para o fazer; mas para o que não tem direito, que elle, orador, lhe contesta, e lhe não admite, é de pôr na sua boca um voto de censura a si proprio, e dar-lhe um diploma que não aceita de ninguém; nem aceita diploma nenhum do sr. deputado.

Não nega nem precisa negar o que disse, mas o que não admite e não tem precedentes, é que haja um deputado que redija uma declaração a seu sabor, e a attribua ao ministro.

Elle, orador, quando tenha a fazer declarações, é que ha de redigi-las em conformidade do que disse; mas o que disse não é o que está na proposta do sr. deputado. Não disse que prometia não fazer outra operação como aquella; disse que aquella operação devia ser julgada e avaliada em relação ás circumstancias em que tinha sido feita, mas que no momento actual sendo muito mais favoraveis as circumstancias, não conviria fazer uma operação identica. E preciso que se entenda, não dá a ninguém autoridade de desfigurar as suas palavras.

Quanto á moção do sr. deputado Chamigo, é também um voto de censura, e muito positivo. A camara o apreciará em occasião opportuna.

Vozes.—não está em discussão.

Move-se um pequeno incidente de ordem em que tomam parte alguns srs. deputados, mas tendo dado a hora ficou pendente a resolução das duas propostas mandadas para a mesa.

O sr. *Presidente*.—dá para ordem do dia de amanhã trabalhos em commissões, depois do expediente, e para sexta-feira a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—*Eravam quatro horas da tarde*.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 30 de maio

à chamada um quarto depois do meio dia
Affonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Alves Martins, Lacerda (Antonio), Antonio Elentorio, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Henriques Secco, Arrobas, Pequeto, Pinto de Albuquerque, Roballo de Azevedo, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Aristides, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, Barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Abranches, Carlos Bento, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, Conde da Torre, Custodio de Faria, Rebello de Carvalho, Mousinho de Albuquerque, Bivar, F. Coelho do Amaral, Diogo de Sá, F. J. da Costa e Sá, Gavicho, Biogo Correia, Chamigo, F. Pinto Tavares, Soares Franco, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Ferraz de Miranda, Mello Soares, Castro Portugal, Mamede, Neutel, Faria Guimarães, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Christiniano da Fonseca, Alarcão, J. M. da Costa e Silva, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Aboim, Luiz Albano, Camara Leme, Freitas Branco, L. Pinto Tavares, Afonseca, Seixas Penetra, Mariano de Sousa Feio, Monteiro Castello Branco, Pedro Roberto, Placido de Abreu, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Pinto da França, Simão Maria de Almeida, Thiago Horta, Ferrer, visconde de Pindella, visconde de Portocarrero.

Proposta de lei concedendo á companhia de navegação do Tejo por barcos movidos a vapor um subsidio annual de 5.000\$000 réis, apresentada pelo sr. ministro das obras publicas, em sessão de 29 do corrente.

Senhores.—Não pôde contestar-se que a companhia de navegação do Tejo por barcos movidos a va-

por tem, durante o longo espaço de vinte e dois annos, prestado valioso auxilio ao desenvolvimento das communicações entre diversos pontos ao sul e norte do Tejo; também pede á justiça que se declare que esta empresa tem constantemente mostrado boa fé no cumprimento dos seus contratos, apesar de ter colhido diminutas vantagens dos seus esforços.

Depois do estabelecimento das linhas ferreas do norte e do sul, foram consideravelmente alteradas as condições economicas da companhia, sendo notorio que a navegação para o norte do Tejo, pela sua importancia, compensava por alguns lucros as perdas quasi constantes das linhas da navegação do sul; mas por decreto de 30 de julho de 1857 foi suspensa a navegação para o Ribatejo, por isso que não podia sustentar-se em concorrencia com o caminho de ferro, e desde então ficou a companhia reduzida á navegação do sul do Tejo.

Pelos documentos juntos, conhecerei completamente qual é o estado actual d'esta empresa, e quaes são os fundamentos que ella allega para pedir um subsidio annual de 5.000\$000, réis pago em prestações mensaes, sem o qual declara não poder sustentar as carreiras de Caeilhas, Seixal e Barreiro; nem também estabelecer as viagens diarias necessarias para o serviço do caminho de ferro do sul.

As rasões apontadas nos referidos documentos foram as que levaram ao animo do governo o convencimento de que o pedido da companhia deve ser attendido, não só porque ella se tornou, pelos seus precedentes, digna de protecção; mas também porque a utilidade publica exige que se não interrompa a navegação regular entre os pontos ao sul do Tejo acima mencionados.

O governo desejou comprehender n'esta proposta a linha de Aldeia Gallega, do serviço da qual a companhia pede ser dispensada, mas depois de minuciosos exames convenceu-se que, tendo esta carreira causado sempre grandes prejuizos á empresa, não poderá continuar sem a concessão de um subsidio muito mais importante, que se não justifica nas circumstancias actuaes; e ainda menos se justificará quando o caminho de ferro das Vendas Novas se prolongar.

Esta empresa recebe hoje um subsidio de réis 1.500\$000, pela carreira de Caeilhas, mas este favor foi concedido somente até ao fim de 1861, e esta verba é comprehendida n'aquella de 5.000\$000 réis, que hoje se pede, crescendo por este modo a despeza publica no valor de 3.500\$000 réis.

O contrato feito com a companhia deve findar em 1867, e se hoje lhe fôr concedido o favor por ella reclamado, naturalmente terá de se dissolver, sem que o governo a isso se possa oppor, na conformidade da disposição do artigo 21.º do contrato de 19 de julho de 1852, approvado por decreto de 4 de setembro do mesmo anno.

Por estas muito resumidas considerações, tenho a honra de propor o seguinte projecto de lei, que espero merecerá a vossa approvação, depois de terdes conscienciosamente examinado todos os documentos que o acompanham.

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a conceder á companhia de navegação do Tejo por barcos movidos a vapor um subsidio annual de 5.000\$000 réis, pago em prestações mensaes, pelo tempo que falta para findar o contrato celebrado em 19 de julho de 1852, e approvado por decreto com sancção legislativa em 4 de setembro do mesmo anno.

Art. 2.º A companhia é obrigada a sustentar regularmente carreiras diarias entre Lisboa e Caeilhas, e entre Lisboa e Seixal e Barreiro, na conformidade do seu contrato, e alem d'isso a estabelecer tantas viagens diarias quantas forem necessarias para o serviço do caminho de ferro do sul.

Art. 3.º A companhia é dispensada da carreira de Aldeia Gallega, ficando n'esta parte alterado o contrato de 19 de julho de 1852, que será válido em todas as outras suas disposições que legalmente não tenham sido modificadas.

Art. 4.º As tabellas dos preços de transportes de passageiros e mercadorias, serão reguladas por commun accordo entre o governo e a companhia, por fórma que os preços que actualmente se pagam não sejam nunca augmentados.

Art. 5.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 15 de maio de 1860. — Antonio de Serpa Pimentel.

Proposta de lei autorisando a desamortisação dos bens pertencentes aos conventos de religiosas, apresentada pelo sr. ministro da fazenda em sessão de 30 do corrente.

Senhores.—A desamortisação dos bens pertencentes aos conventos de religiosas, e conversão d'estes bens em inscripções, é uma medida aconselhada por tantas e tão evidentes rasões, que seria desnecessario expô-las largamente á vossa illustração.

E o que recommenda esta medida não são só os interesses materiaes e economicos, são também os interesses moraes, e as regras de boa administração.

O governo não ignora as tendencias, que ha nas casas religiosas para alienar seus bens, distractando e consumindo capitais, aforando propriedades, reduzindo fôros, e praticando actos, que inevitavelmente trariam, em pouco tempo, a perda de uma grande parte do patrimonio, que administram, com grave prejuizo das mesmas religiosas, e do estado.

A conversão, portanto, dos bens dos conventos em inscripções, alem de pôr termo a estes inconvenientes, simplifica a administração d'estas casas, limitando o pessoal que lhes absorve uma grande parte dos rendimentos, e produz um augmento do recêita, que deve consideravelmente melhorar os recursos d'estes estabelecimentos. Nem será difficil comprehender qual é a importancia d'esta medida, se se attender a que as propriedades urbanas e rurais, que possuem estas casas, segundo consta dos inventarios já terminados, montam ao valor de réis 3.217.665\$187, alem dos valores dos edificios dos conventos e cercas, que sobem a 2.130.656\$200 réis, dos capitais mutuados que importam em réis 396.705\$823, e de outros importantes valores que ainda possuem.

Considerando, pois, as vantagens que resultam para as mesmas casas religiosas

em boa escala, porque no sabbado se recebeu a noticia telegraphica de que a lei de redução dos direitos tinha passado na camara dos pares.

O deposito na alfandega é de cima de 600 pipas de aguardente estrangeira, e ainda se esperam ditas parcelas de Hespanha. Não podemos cotar preço, sem exemplo de vendas em seguida á redução, que não tardará a ser oficialmente publicada.

(Nacional.)

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 30 de maio

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Bretagne, paquete francez a vapor, capitão A. Lavallée, de S. Nazaire em 4 dias, e de Vigo em 26 horas, com varios generos a H. Juhl; 24 pessoas de tripulação, 1 mala e 33 passageiros. Entrou hontem ás 10 horas da noite.

Salcombe, escuna ingleza, capitão E. Ryder, de Londres em 18 dias, com melão e mais generos a Buzago & Irmãos; 7 pessoas de tripulação.

Aleluia, hiate portuguez, mestre J. F. da Silva, de Caminha em 2 dias, com milho, feijão e centeio; 9 pessoas de tripulação e 11 passageiros, que são: José Maria Antunes, José Afonso da Veiga, com um menor, artistas; Francisco Alves de Oliveira, Constantino José Peres, Antonio Lourenço Laranjeira, José de Santa Martha, Pedro Antonio, Domingos Rodrigues, trabalhadores, portuguezes; Domingos Antonio Rodrigues, José Bento Martins, serventes, hespanhoes.

Cassandra, chalupa ingleza, capitão H. Penhey, de Cardiff em 9 dias, com carvão, a G. Ladley & C.; 5 pessoas de tripulação.

William Rye, chalupa ingleza, capitão S. Britt, de Swansea em 12 dias, com carvão e folha de Flandres, a F. Martin & Filhos; 5 pessoas de tripulação.

Erelina, escuna ingleza, capitão J. Cargill, de Swansea em 11 dias, com carvão, a A. Van Zeller; 7 pessoas de tripulação.

Vencedor, canoa portugueza, mestre F. Maria, de Setubal em 24 horas, com trigo, arroz e azeite; 4 pessoas de tripulação.

Novo Feliz, hiate portuguez, mestre A. M. Lopes, de Corck em 10 dias, com manteiga e tripas, ao mesmo mestre; 8 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Senhor dos Passos, hiate portuguez, mestre A. Tavares, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, para os portos do Algarve, com cereas e encomendas; 19 pessoas de tripulação e 29 passageiros.

Adelaide, hiate portuguez, mestre A. M. de Almeida, para S. Martinho, com generos de mercearia e encomendas; 7 pessoas de tripulação.

Silencio, barca portugueza, capitão D. L. da Silva, para o Porto, com sal e mais generos; 18 pessoas de tripulação e 4 passageiros, que são: José Bernardes de Sousa, José Ignacio de Mattos, maritimos; portuguezes; Pedro Barata Gomes Feio Junior, com um irmão, menores; brasileiros.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 30 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 28 DE MAIO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 27

Entradas—Rasca portugueza *Moreira*, de Aveiro, em 3 dias; sumaca hespanhola *Traviata*, de Vigo em 2 dias.

Saídas—Hiate portuguez *Nova Lembrança*, para Lisboa; chalupa dinamarqueza *Marianne*, para Leith.

Fôra da barra fica o vapor de guerra portuguez *Lynce*.

O mar está bom.

O vento esteve NE. regular, N. forte, agora regular.

De Caminha, do dia 27

Não saiu nem entrou embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

Da Figueira, do dia 27

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fôra da barra estão fundeados tres hiates, e uma batelera.

O mar está bom.—Vento NNE. fresco.

Da Ericeira, do dia 27

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar picado.—Vento N. fresco.

De Tavira, do dia 27

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento N. regular de manhã, agora SO.

Do Faro, do dia 27

Entradas—Cabiques portuguezes, *Santa Antonio* e *Almas*, e *Jesus das Almas*, ambos de Villa Nova de Portimão, e *Senhora do Rosario*, de Gibraltar. Não saiu embarcação alguma.

Boa tempo.—Vento SO.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 27

Não entrou nem saiu, nem se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—O vento esteve N. regular, agora OSO.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 28 de maio de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 30 de maio—3 por cento consolidado a 48—3 dito differido a 38,10.

Bolsa de Paris, em 30 de maio—3 por cento francez a 69,50—4 1/2 dito a 96,25.

Bolsa de Londres, em 30 de maio—Consolidados de 95 1/8 a 95 1/4.

AVISOS

ASYLO DE MENDICIDADE

O sr. Joaquim Gonçalves Carrigo entregou n'este estabelecimento seis presuntos com o peso de tres arrobas e dezoito arratéis, mandados pelo sr. José Antonio Moreira Junior, de Sour.

Os srs. officiaes da guarnição da fragata *D. Fernando* cederam espontaneamente a favor d'este pio estabelecimento os utensilios e o resto do rancho que ficou da sua ultima commissão a Moçambique, e se recebeu tudo n'este mesmo dia; e a administração d'este asylo agradece em nome dos asylados a seu cargo estes donativos.

Asylo, 29 de maio de 1860.

ASSOCIAÇÃO DE SOCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

O pagamento das pensões do mez de março ultimo terá logar nos dias 1 e 2 de junho proximo, continuando todos os sabbados seguintes.

Escritorio da associação, 23 de maio de 1860.

—O vogal secretario, A. A. de Oliveira.

SOCIÉDADE DAS SCIENCIAS MEDICAS DE LISBOA

Quinta-feira 31 de maio, pelas oito horas da noite, haverá sessão. Ordem da noite: continuação da discussão sobre o tratamento da angina diphtherica.

Sala da sociedade, 29 de maio de 1860.—O 1.º secretario, Alves Branco.

CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembléa geral a reunir quinta-feira 31 do corrente, pelas nove horas da noite. Ordem da noite: 1.ª parte, discussão do parecer da comissão revisora de contas; 2.ª parte, continuação da discussão da proposta do sr. Costa Pereira.

—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

COLLECÇÃO DE MANUAES

Manual do cidadão—Demonstrando: quem é cidadão portuguez—os direitos que lhe confere a lei fundamental—as obrigações que o ligam á sociedade—e o modo de sustentar os seus direitos.

Manual das camaras municipaes—Atribuições e direitos d'estes corpos.

Manual do administrador do concelho—Coordenação da vista do código administrativo de 18 de março de 1842, e mais leis do reino, e subordinado ao direito administrativo portuguez.

Manual do regedor de parochia—Atribuições d'estes funcionarios.

Manual do juiz eleito—Dos juizes eleitos e seus escriptos—do processo nas causas de que conhecem—das execuções—dos corpos de delicto.

Vende-se esta collecção por 500 réis, na rua Augusta n.º 15, 31 e 50; e rua do Oiro, 115.

As pessoas das provincias podem mandar a importância pelo seguro, ou em estampilha dentro em carta, ao editor, rua da Caldeira n.º 17, e ser-lhe-á enviada na volta do correio, franca de porte.

ANNUNCIOS

1 PELO JUIZO DE DIREITO DA 3.ª VARA, e cartorio do escripto Seita e Sá, correem editos de dez dias, citando

de todas as pessoas que se julgarem com direito á quantia de 2603\$000 réis, que se acha depositada na recebedoria das Caudas da Rainha, pertencente aos executados herdeiros de José Joaquim da Silva Rego, e outros, penhorada a bem da fazenda nacional, pena de lançamento e revelia. — O solicitador da 3.ª vara, Francisco Maria Ena.

2 PELO JUIZO DE DIREITO DA 4.ª VARA, escripto Ramos, correem editos de quinze dias, chamando os credores ao caso do fallecido João Joaquim de Sousa Folque, e de que é inventariante D. Carolina Emilia Feio Folque; para no dito prazo apresentarem os documentos comprovativos de seus créditos, para serem attendidos na partilha, com a pena de revelia.

3 PELO JUIZO DOS ORPHÃOS do bairro de Alfama, escripto Mascarenhas, arreata-se no dia 5 de junho, pelas dez horas da manhã, no largo da Graça, n.º 13, o resto do espólio do fallecido Francisco Antonio Marques Geraes Barba, o qual consta de diversos livros, e de alguma prata. Também se arreata no mesmo dia, hora e local, o resto do espólio da fallecida viscondessa de Trancoso, que consta de moveis, roupas, louças, vidros, um carrão, um caleche, uma carroça, e guarnições respectivas.

4 PELO JUIZO DE DIREITO da comarca de Thomar, escripto Silveira, correem editos de trinta dias, a chamarem todos os interessados incertos que se quiserem oppor á justificação e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz Fialho de Almeida Chaves, e D. Maria José Chaves de Almeida, filhos que ficaram do fallecido tenente coronel reformado Thomaz Joaquim de Almeida, a fim de que os mesmos sejam julgados os unicos e universaes herdeiros do referido seu pai, e d'esta sorte pessoas legitimas, para a favor dos mesmos se averbarem quaesquer inscrições da junta do credito publico que existam em nome do fallecido, e habilitação que ali corre a requerimento de Carlos da Costa Pereira Mendes, na qualidade de tutor dos orphãos impuberes Thomaz